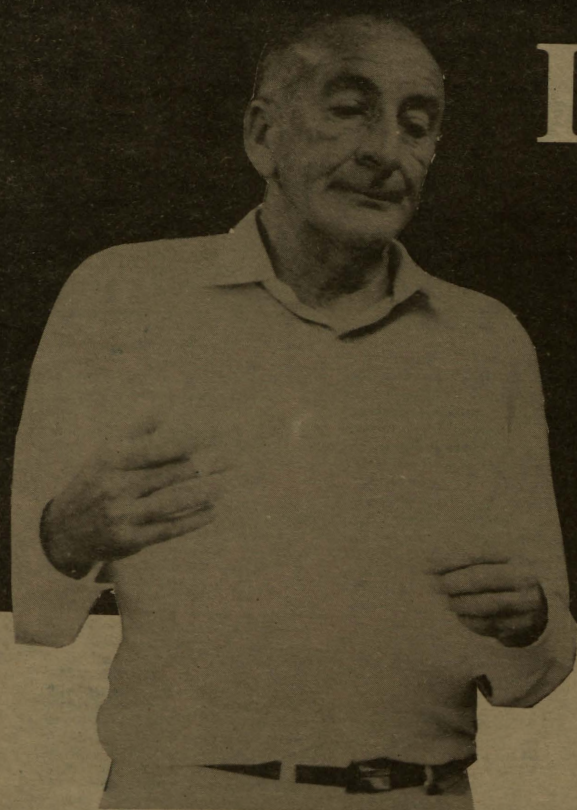




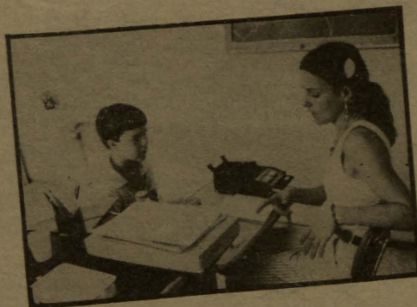
Lauro Campos: FMI mantém país falido

Páginas 6 e 7

Campus

Jornal-laboratório do Departamento
de Comunicação da UnB

Nº 58 Segunda
Quinzena Outubro 1983

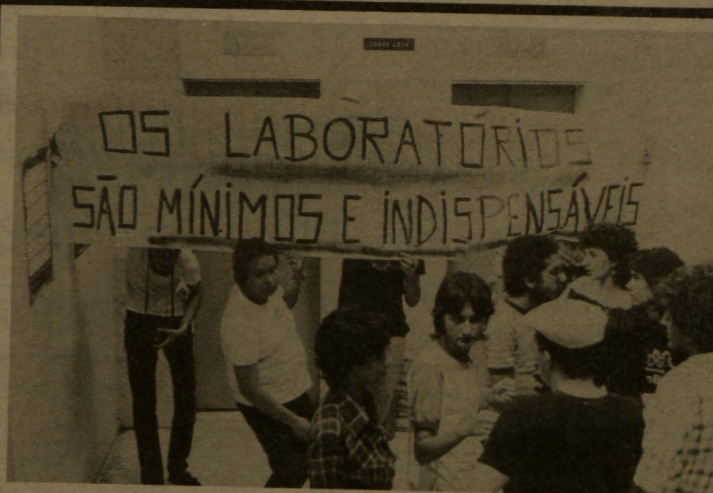


Atenção
integral
à criança

Página 11

Flagramos
o corpo em
movimento

Pág. 10



*Comunicação lutou e
aprovou seu currículo*

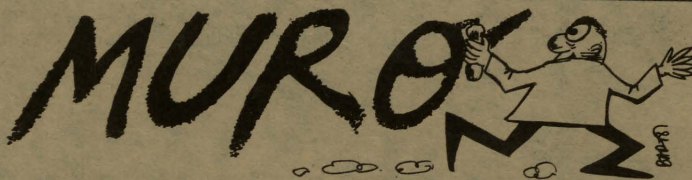
Página 3

*Professores fazem
assembléia dia 25*

Página 3

LEIA O CAMPUS E PASSE PRA FRENTE

Pág. 2



Leia o Campus. Passe pra frente.

O negócio é o seguinte: tem muita gente aí procurando o Campus. E não acha. E quando acha é no chão, rasgado; é enalhado no caderno do amigo; é rabiscado nas mesas da biblioteca; ou, então, o colega diz assim: "Olha, eu já li, tá lá em casa, amanhã eu trago", e não traz. A gente precisa esclarecer uma coisa. Só nos foi concedida uma tiragem de dois mil exemplares por edição; só dois mil para atender uma comunidade universitária de 11 mil pessoas, entre estudantes, funcionários e professores. Não dá mesmo! Há uma solução provisória, enquanto tentamos conseguir uma tiragem maior: Não guardem o Campus na Gaveta. Não escondam o Campus nos cadernos, leiam e passem para os outros. Mesmo que vocês se apaixonem profundamente pelo jornal e queiram guardá-lo como lembrança para a velhice saudosa, sejam mais amigos, trabalhem conosco também. Quanto maior for o nosso público leitor, maiores serão as possibilidades de aprimoramento do nosso trabalho. Então, o negócio ainda é o seguinte: leia o Campus e passe depois para quem não leu. Falou? (Redação)

Video-cine-clube na Comunicação

Está por surgir um video-

cine-clube na UnB, no Departamento de Comunicação, tendo por finalidade fazer com que a comunidade universitária tenha acesso a bons filmes e programas, sem pagar os altos preços dos cinemas da cidade. O projeto se caracteriza por dar maior importância a assuntos ligados à cultura geral, ciências, história e outros, como a pesquisa, curtas-metragens, super-8 e programas de vídeo-tape feitos por amadores. Pretendemos ainda criar a cinemateca e a videoteca a fim de dar uma continuidade ao projeto. O pré-projeto encaminhado ao coronel Lister de Figueiredo, Superintendente Executivo e do professor Gentil Dias, Decano de Assuntos Comunitários, que deu a maior força para o projeto, vendo a necessidade de implantação do video-cine-clube como uma iniciativa de bom gosto do Departamento de Comunicação. O video-cine-clube deverá ter suas atividades iniciadas já no início do próximo semestre. Armando Sá Fortes, aluno de Relações Públicas.

O lugar da Universidade

Quando a gente — aluno — ouve um cara tipo Gianotti ou Lauro Campos — podemos não entender tudo que dizem — mas fica vivo na gente que a universidade é um dos melhores lugares do mundo... pra alguns... pra outros é a pura realidade... (Pedro Coe)

ESPAÇO

Seria pelo menos estranhável o destaque dado pela grande imprensa da Capital ao "caso da maconha na UnB". Em jornais como Última Hora, especialistas no escândalo e no vampirismo da miséria, não seria de estranhar-se os títulos enormes, agressivos, apelativos, próprios de quem vive desse tipo de imprensa. No entanto, outros jornais, se bem que mais discretamente — procurando, quem sabe, manter o mito da neutralidade jornalística — carregaram também nas tintas contra toda a comunidade acadêmica da UnB. Sim, não só contra os alunos, mas também contra professores, funcionários e, de passagem, até contra a própria administração. Ou não? O que se poderia depreender de um título como o que afirmava ser a maconha o currículo da UnB? A repercussão foi terrivelmente negativa para todos nós. Sem exceção.

Estranhável o destaque dado a um fato que não poderia merecer mais que umas colunas de página policial. No entanto, mais estranho se torna este estraldalhão, passando a beirar a pura má fé, quando se sabe que ficou praticamente esquecido o fórum de debates "Enfim UnB", que se realizava nos mesmos dias da insidiosa cobertura. O grande público não ficou sabendo que, pela primeira vez, toda a Univer-

sidade se reconhecia publicamente "sob intervenção". O grande público ignorou a realização das aulas e os nossos "jornalistas", em certas ocasiões tão bem informados, se "esqueceram" da grande efervescência intelectual rolando por estas bandas, naqueles mesmos dias. Claro. Havia a mobilização política das discussões do "Enfim UnB" e a agitação cultural em preparação a um festival de música e poesia promovidos pelo DCE. Por que, então, pesou tanto na balança um incidente que poderia ter acontecido em qualquer lugar — e que acontece — não sendo de maneira nenhuma exclusivo da UnB? Um incidente relacionado a um problema cultural mais amplo, ligado diretamente à falta de perspectivas de uma sociedade em crise, e que afeta mais profundamente uma juventude insatisfeita, por aí é que se deveria abordar o problema, se é que, em algum momento, houve intenção séria de abordá-lo.

Também estranhável — e ainda sem resposta — a omissão

Poesia à solta

A poesia anda à solta. Paulino Averssa, pintor, desenhista, vivo e trama de transparência, recentemente em exposição feita na Universidade de Brasília, precisamente na biblioteca, destruiu. Paulino, pinta com a mão dos beijos de Deus, ele e sua íntima vivência pelo corpóreo e pelo corporal, ensinam a todos do departamento de desenho o que é ser realmente pintor, artista. A poesia anda à solta. Armando, fotógrafo, que navegou a cidade de Unai, nos ofereceu também, este semestre, uma exposição impecável. Poemas, fotos, vida, espelhos e falta de razão (ainda bem!) nos colocaram frente a frente com um grande fotógrafo. Não sei pontuar, não sei escrever, mas meu muro é isso aí, e que o Campus dê mais espaço aos artistas de nossa universidade. (anand rao)

Sedução no Bandeirão

Menina dos olhos azuis, perdão por não ter comprado seu tiquete do bandeirão, dia 14/10, quarta-feira, aí pelo meio-dia. Não sou a favor da fila, mas, em ela existindo, é preciso acatá-la. Pior que as filas, só o desrespeito a elas. Sou a favor de de mais

caixas no Bandeirão, pelo menos na hora do pique. E juro que não estava contra você, estava era do meu lado. E que tenho ônibus pra apanhar, horário pra chegar no trabalho, e do jeito que as coisas vão, vai acabar a gente tendo que gastar uma hora naquela fila até começar a almoçar. E você, como muitos outros, chegando e pedindo pra comprar um tiquete ou furando a fila. Na maior. E ainda mais com esses olhos nórdicos chantageando... E coação em demasia. Perdão pela agressividade latente. Da próxima vez, prometo: ou almoço às 10 e meia ou nem vou lá, pra não ter que dizer não à beleza incendiária desses olhos d'alem-mar. E se te consola saber disso, já se vingaram por você. Minha namorada acabou comigo porque a quis beijar de barba suja. E que já não fornecem guardanapos no bandeirão. Além daquilo, isto. E dose. (William Santiago, Campus).

Babaquices da ISTO É

A Seção Cultural, m ISTO É, tem quase sempre a mania de querer que a gente engula alguns produtos culturais como se fossem o máximo. Assim foi com uma reportagem sobre a Blitz, no ano passado; uma com Gilberto Gil, recentemente publicada, e agora com a matéria "Os herdeiros da brasa, moral!". Quanto à nova onda de iêiêiê (o texto fala, acreditem, em "new-iêiêiê" ou "brega chique"), daí a uns seis meses devem so-

brar apenas uns dois ou três. Em tempo: tenho 22 anos; gosto de rock, Gilberto Gil e considero João Bosco um dos compositores mais incríveis da MPB. A falta de senso crítico do citado semanário é tão grande que ele tenta justificar por todos os meios a nova onda musical. Essa onda é velha. Depois de tantos anos de revistas semanais já não é tão fácil engolir imbecis como o Kid Vinil e matérias superficiais (melhor dizer pagas) sobre esses paralamismos do sucesso. (Nelson Luiz, Comunicação).

A ameaça do novo pacote

E vem aí o novo pacote econômico do governo. Prevê medidas de choque para a torturada economia brasileira como aumento do Imposto de Renda, maior taxa sobre os ganhos de capital e níveis de reajustes salariais menores para os próximos quatro anos. Na verdade os rascunhos do novo pacote se encontram, há várias semanas, nas gavetas do Palácio do Planalto, prontos para entrar em campo caso o Decreto 2.045 não seja aprovado no próximo dia 20. As mais drásticas medidas do atual Decreto estão nas correções salariais equivalentes a 80, 70, 60 e 50% do INPC respectivamente. Fazer alarde, provocar o caos social não é medida saneadora ou salutar para trabalhadores, classe média, empresariado e outras componentes da sociedade brasileira. O governo, hoje, já entrega alguns pontos e começa a ouvir o Congresso buscando o diálogo. No fundo Sansão está de cabelos curtos e o di-nheiro do brasileiro também. Está todo mundo de calças curtas e o jeito é mesmo parar para conversar. Antes que o FMI nos converse de uma vez por todas. (Marcelo Gonçalves Vieira, Campus).

Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação, Supervisão Editorial: profs. Murilo César Ramos, Carlos Augusto Setti e Arcelina Helena. Editoria de Fotografia: profa. Luiza Venturelli. Diagramação: Vitorino N. de Souza (JBr) e Guilherme Soares (Campus). Ilustração: Peninha (Comunicação).

Editores: Marcelo Coelho, Paulenir Constâncio e Pedro Coe (UnB); William Santiago, Ieda Prestes e Marcelo Vieira (Comunidade); Ilara Viotti e Luiza Modesto (Nacional); Humberto Pereira e Sandra Fernandes (Internacional); Armando Bulcão e Cristina Gutemberg (Cultura); Luiz R. Nader e Sheila Perru (Ciência).

Redação: Anand Rao, Carlos A. de Almeida, Catia de Abreu e Souza, Dêrcio Rodrigues, Diogo Neto, Glória Carvalho, Guilherme Soares, Heloisa Vieira, Jurema Campos, Kido Guerra, Lavinia Ribeiro, Leda Pinto, Luiz C. Alves, Lilian Mandel, Manuel Hollanda, M. Amélia Bezerra, M. Cristina Bezerra, Rodrigo Fonseca, Sarita Carvalho e Walcymara Santiago.

Endereço: Departamento de Comunicação/UnB, 70.910, Brasília, DF. Telefone: 274-0022, ramal 2463.

Em defesa da nossa comunidade

da Reitoria em relação à série de matérias que denegriam a imagem desta Casa. Nenhum protesto, nenhuma nota de esclarecimento. Ainda mais estranhável, a total falta de apoio aos moradores do Alojamento Estudantil, que tiveram sua intimidade devassada e seus direitos constantemente desrespeitados pela ação policial no CO. A revolta de grande parte dos residentes era mais que justa, pois, de repente, até segunda ordem, todos passaram a ser culpados. Apartamentos vasculhados, pertences revistados, tratados puramente como criminosos, tudo como se os tempos já não fossem outros. Ou não são? E, como se não bastasse a incômoda companhia policiaresca e a "deduragem" que, segundo alguns, voltou a impedir majestosa no Campus, coincidentemente ou não, começou a faltar água, luz e, há quase um mês, os telefones por lá andam mudos, à espera de uma Telebrasil que não vem, como o trem do Pedro Pedreiro.

Por último, nesta série de estranhamentos, cabe também lembrar a coincidência da agitação do FLIMPO (Festival Livre de Música Popular) e o FLIMPOÉTICO (Festival de poesia criado em torno do FLIMPO) e a série de ameaças contra as lideranças do DCE à frente da organização. Dentro desse contexto, temos telefonemas, cartas anônimas, agressões físicas e (pasmem todos) até ameaças de morte, como as que sofreram o presidente do DCE, Flávio Montiel, e o poeta-repentista Armagedon, à frente do FLIMPOÉTICO. Parece mesmo coisa de romance policial, mas, desafortunadamente, está acontecendo de verdade. Além de estranha, a estória começa a ficar meio asquerosa. E, por asquerosa e sórdida, fica aqui o nosso protesto. Registrado, em nome de toda a comunidade atingida.

A Redação

FLIMPO: música invade vazio cultural da UnB

Após três dias de festa, chega ao fim mais uma edição do FLIMPO (Festival Livre de Música Popular), promoção da Comissão de Cultura do DCE-UnB, contando com o apoio financeiro da Sul América de Seguros, Fundação Cultural do Distrito Federal e Diretoria de Assuntos Comunitários — DAC. Foram duzentas as músicas inscritas, sendo selecionadas trinta para o festival e das quais dez foram premiadas.

O júri popular e mais uma comissão julgadora selecionaram as seguintes músicas, cabendo a cada uma a importância de Cr\$ 30.000,00: "Cora Coralina", de Pamelis Castilho; "Três notas", de "Ema mulher" de Antônio Carlos Bigonha; "in Sônia", de Eduardo Rangel e Claudia Lyrio; "Instante mágico", de Daniel Santos Rebouças e Raimundo dos Santos Filho; "Viagem", de Valéria de Castro e Paulo Joy; "Sudário", de Pedro Bastos Cavaleiro (representante de Belém do Pará); "Da noite pro dia", de André Ferrez Pontual; "Praça da Várzea", de Luis Carlos Teodoro (representante de Ouro Preto-MG); "Quando o azul é mais azul" de Samuel Teixeira Gomes e "Mínimo Grão", de Daniel Santos Rebouças e Raimundo dos Santos Filho.

Delson Antunes, Diretor de Cultura do DCE, afirma que apesar das chuvas no primeiro dia que prejudicaram o esquema de som, nos dias seguintes isto foi sanado transferindo o festival da concha acústica para o ginásio de esportes do Centro Olímpico.

ZORRA

A parte competitiva do Festival foi relegada a segundo plano. Os organizadores deram muito mais atenção aos shows dos artistas convidados e desse modo os músicos concorrentes ficaram totalmente diluídos em meio à "zorra geral". Este foi o desabafo de Nelson Luiz de Oliveira que participa do grupo Bandanarquia e que defendeu duas músicas no II Flimpo. ("Deus é brasileiro" e "Acromático 1").

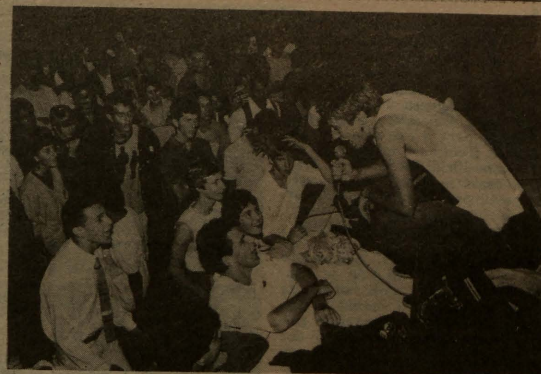
Para ele, faltou objetividade, já que a proposta apresentada era

apresentar o máximo de grupos possível e com tempo ilimitado para apresentação. Sua proposta é que deveria haver um limite de tempo para os shows e que cada grupo cantasse apenas duas músicas. Ele afirma que a comissão organizadora deixou "rolar" todos os shows, havendo casos em que grupos tocaram seis músicas consecutivas, aproveitando o excelente espaço que foi aberto para eles. Enquanto isso, os concorrentes aguardavam a madrugada chegar para se apresentar.

"A prova de que ao final da competição poucas pessoas se lem-



O Pessoal do Beijo: uma das atrações do FLIMPO



Capital Inicial: o movimento punk marcou presença

bravam dos músicos concorrentes apresentados é que quando foi divulgado o resultado — no domingo — quase não se ouviram nem vaias e nem aplausos. Sem falar na péssima qualidade da aparelhagem de som que dificultou a apresentação de todos os grupos.

Segundo Nelson, outra falha na organização do Flimpo não foi o fato do resultado — que havia sido prometido para sábado — ter sido transferido para domingo, já que os jurados pediram um tempo para se reunirem. No entanto, isto não foi comunicado pelos microfones aos concorrentes que aguardavam ansiosos a classificação por toda a madrugada de sábado.

MISS

Para piorar a situação, os organizadores do Flimpo, não se sabe

por que, divulgaram primeiramente — após uma longa espera — cinco músicas vencedoras e somente depois de um show de seis músicas é que foram divulgadas as outras cinco. Isto criou uma expectativa desnecessária aos concorrentes, que chegaram a achar que estavam diante de um concurso de miss.

Nelson faz questão de ressaltar a importância do festival, tanto para a UnB quanto para Brasília, já que preenche um espaço vazio e torna a Universidade um lugar onde se produz arte e cultura. Neste sentido, ele acha que a realização deve ser garantida todos os anos, inclusive contra as ameaças de repressão que caíram sobre este II Flimpo — diversos boatos de que a política iria apertar. O festival a cada ano ganha interesse da comunidade acadêmica que acompanhou — em grande número — até "altas horas" da "madruga" a todo o evento. (Diogo Neto e Luiz Cláudio Machado Alves).

Uma orquestra batuta sob a coordenação do maestro Santoro

A UnB cria finalmente sua primeira orquestra de câmara, sob a coordenação e amor do Maestro Cláudio Santoro. Professor do Departamento de Música, Cláudio Santoro é compositor de renome internacional, sendo considerado um dos maiores inovadores contemporâneos a nível de orquestração, harmonização, composição etc. Santoro, numa entrevista descontraída fala das suas ideias.

— Maestro, existe uma orquestra de câmara ou sinfônica na UnB?

R — Sim, e esta realizará seu primeiro concerto no dia 15 de outubro no Auditório da Caixa Econômica Federal.

Nossa orquestra é de câmara pois, para a montagem de uma orquestra a dependência está no apoio econômico, na quantidade de dinheiro que esta possui para sua formação. Nossa orquestra conta, com a participação de alunos adiantados e professores. Nossos programas são escolhidos de acordo com o nível de despesa que custa executar tal obra. Nossa orquestra é dinâmica a nível de componentes: se uma peça exige mais violinos contratamos mais alguns para a execução daquela peça pois, os músicos recebem cachê.

— Qual o apoio financeiro que a orquestra possui, de onde vem esse apoio?

R — A orquestra possui o total apoio do Reitor Azevedo da Universidade de Brasília, e também da Sul-América, do CNPq através de convênios. Cultura, meu filho, custa dinheiro. Acho que todos os professores devem realizar seus objetivos,

não esperando verba apenas da reitoria, mas possibilitando a ela a feitura de convênios que possibilitem a realização do seu objetivo.

— Portanto, maestro, o clima com a reitoria é dos mais favoráveis?

R — Sim, completamente, totalmente.

— Qual a reação do Departamento, dos alunos e professores, com relação à ideia?

R — Totalmente favorável, todos adoraram, ficaram entusiasmados o que possibilitou, e muito, a realização da ideia que possui a minha coordenação e criação.

— Maestro, toda a criação e coordenação, escolha de repertórios, de músicos etc., é feita pelo senhor?

R — Sim, tudo.

— Isso não dá um tom meio paternalista à orquestra?

R — Não, pois todos participam, mas a ideia é minha desde 1964, e quem luta por ela, sou apenas eu, quem acredita nela e procura meios para que a ideia se realize sou eu.

— Maestro, em que a orquestra proporciona uma inovação para o processo erudito musical brasileiro?

R — A escolha do repertório é universal. Existem músicas contemporâneas, como sinfonias antigas, tudo dependendo da verba disponível. Acho que todos os componentes da orquestra são intérpretes, o compositor é que tem que renovar, eu por exemplo em minha obra, renovo e inovo para a linguagem musical mundial. A or-

questra não é apenas mais uma orquestra mas, é apenas uma orquestra.

— E na linguagem interpretativa, Hermeto Paschoal por exemplo é um inovador, pelo menos considerado pelos críticos, tanto a nível de interpretação como de composição?

R — Não vejo assim. Hermeto é interessante mas, antigo e sem inovação nenhuma, talvez, um pouco, a nível de orquestração. A mass media desse País é que deturpa e estraga o processo cultural nacional, os jovens estão perdidos na misturanga musical atualmente existente, os compositores populares apoiados pela mass media são preconceituosos e ocupam todos os espaços, nós os eruditos somos prejudicados por esse preconceito e falta de maturidade dos meios de comunicação.

— Maestro, existe um vazio cultural na UnB?

R — Não, o que existe é uma falta de união entre os departamentos que são estagnados e estanques. Estes deveriam procurar uma interação maior entre si. Para isso, proporia a volta de uma disciplina existente há muitos anos atrás na UnB, intitulada "Integração Cultural" onde os alunos dos vários departamentos eram obrigados a cursá-la e colocavam-se em contato com outros departamentos que não o seu, apenas. E preciso também, que exista um jornalzinho que integre a UnB, que divulgue nossos concertos semanais, não existe um jornal na UnB.

— E o Campus? Jornal Laboratório do Curso de Comunicação?

R — É... Interessante.

As consequências do Enfim UnB

A reunião do Conselho de Representantes da ADUnB, terça-feira, dia 18, foi mais um passo concreto da luta pelo fim da intervenção e pela implantação das eleições diretas para Reitor e vice na Universidade. Na reunião ficou marcada uma Assembleia para o dia 25 próximo, terça-feira, quando a pauta terá como principal assunto a denúncia do acordo firmado em março entre os professores e a administração central.

Durante a reunião, os representantes deram informes sobre a situação em cada departamento da discussão sobre a renovação do Conselho Universitário. Este é o ponto fundamental para a democratização da UnB, conforme ficou decidido ao final do Encontro pelo Fim da Intervenção na UnB — Enfim UnB — que paralisou a Universidade durante dois dias na última semana de setembro.

De acordo com o presidente da ADUnB, professor Antônio Ibañez

Ruiz, a fase, agora, é a de divulgar as conclusões do Enfim, realizar eleições diretas, instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da UnB) e renovar o Conselho Universitário. Uma delas, a instalação da CPI na Câmara, já está sendo efetivada por dois deputados do PMDB, Aldo Arantes (GO) e João Hermann (SP), que estão recolhendo assinaturas para o documento que pede a instalação da comissão.

CPI Entre os pontos a merecer investigação da CPI, conforme disse o presidente da ADUnB, professor Ibañez, estão a falta de renovação da direção, a própria intervenção, os convênios gigantes entre a UnB e outras fundações e a editora (que aditou poucos livros de professores da própria UnB).

Conforme Montiel, presidente do DCE, só mesmo no ano que vem é que a UnB deverá mobilizar-se para lutar pela implementação das resoluções decididas ao final do Enfim.

UnB perde professor Oneyr Baranda

Um ataque no miocárdio foi a "causa mortis" do professor de Cultura Brasileira I Oneyr Ferreira Baranda, terça-feira passada, dia 11. Professor do Departamento de História, Baranda estava lotado na UnB desde 1970. Exerceu vários cargos, dentre eles o de Coordenador do Departamento de Letras, Presidente do Conselho Departamental e Presidente da Pós-graduação do Instituto de Letras. A formação do professor Baranda iniciou com a graduação em Geografia e História na UFMG, onde também foi licenciado. Na

Universidade de Tolouse na França, concluiu o 3º ciclo em História Contemporânea. Publicou como co-autor o *Methodo Audio Visuelle de Portuguais* (Ed. Didier, 1967) e *Confederação do Equador*. Fica inédito Política Cultural do Brasil.

O falecimento do professor Baranda deixou o Departamento de Geografia e História profundamente consternado, pela admiração com que era tido pelos seus colegas. Considerado um excelente profissional, Baranda era um dos mais bem conceituados especialistas em Cultura Brasileira.

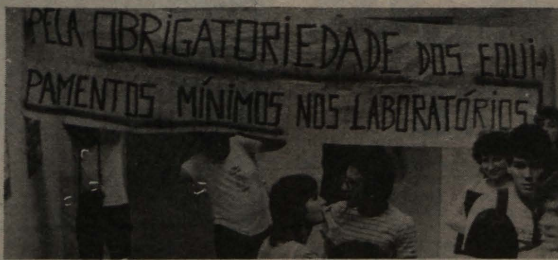
Tres pontos básicos caracterizam o novo currículo para os cursos de comunicação, aprovado dia 6 último: o ensino da língua portuguesa (redação) durante seis semestres, laboratórios mínimos para o exercício das disciplinas técnicas e maior definição das especificidades de cada área. Com essas conquistas, a Comissão Especial para estudo do novo currículo imagina ficar garantida a qualidade na formação do estudante de comunicação.

O novo currículo foi elaborado a partir de contribuições de estudantes, professores, profissionais da área, sindicatos e entidades patronais. Além da necessidade percebida de uma reformulação dos cursos, a luta pela implantação de um novo currículo ganhou maior motivação quando em março de 1979, foi baixado o Decreto 83.284, que tornava obrigatória a formação a nível superior para o exercício da profissão de jornalista, exceto nos estados onde não havia cursos de comunicação social.

Dois lados

A partir de então, foi-se notando o surgimento de opiniões favoráveis de um lado, e contrárias de outro, ao fechamento dos cursos de comunicação e/ou exigência do diploma. Com a implantação do novo currículo ficavam assim sanadas as deficiências dos profissionais egressos das escolas de comunicação, aventadas principalmente por proprietários de empresas de comunicação, e caía por terra os argumentos de incompetência.

No rol dos posicionamentos contrários à continuidade dos cursos de comunicação estavam interesses de empresas privadas e oficiais. Opiniões descomprometidas com interesses comerciais foram também emitidas contra o decreto, como a do escritor José Guilherme Merquior no seu livro "A Natureza do Processo"; "A multiplicação de especializações com direito à ocupação exclusiva de certos empregos não é um efeito natural do progresso da divisão do trabalho,



Vitória da Comunicação

levando à maior eficiência em várias funções. Longe disso: com frequência o reino do diploma cria rigidez e ineficiência. Antigamente, por exemplo, os colunistas dos grandes jornais brasileiros eram economistas, profissionais ou amadores. Hoje eles têm que ser obrigatoriamente formados em "comunicação" — e, em consequência, pouco entendem da matéria sobre a qual vão escrever..."

Em torno do diploma

A obrigatoriedade do diploma assume o centro das discussões. Para o prof. Salomão Amorim, professor do Depto. de Comunicação e membro da Comissão Especial, "a obrigatoriedade se faz necessária tendo em vista a complexidade dos grandes sistemas de comunicação, agora reforçados com o advento da telemática e da informática. A comunicação ganha uma dimensão avantajada na realidade em que ela se insere".

Segundo Salomão, "jornalismo é uma profissão como outra qualquer e está exigindo o que as outras têm

está exigindo o que as outras têm: regulamentação. Fala-se em reivindicações corporativistas, mas se se quer descorporativizar as profissões não se deve privilegiar o jornalismo. Além do mais, a lei atual não proíbe que se escreva para os jornais, pode-se escrever como colaborador". E finaliza o professor, "se a preocupação realmente existe, deve-se criar um novo padrão de gestão para as empresas de comunicação, como conselhos onde participem representantes da sociedade que decidem sobre os destinos dos veículos e das mensagens".

Para o estudante de comunicação e jornalista com dois anos de profissão, Guilherme Soares, "é alentador o fato do novo currículo ter redação durante seis semestres. É fundamental aprender o trato da palavra, conhecer as implicações de uma frase. No entanto, essa discussão não deve ocultar o problema maior que é a exigência do diploma para exercer a profissão e obter o registro".

"Os sindicatos", continua

Guilherme, "alegam coisas absurdas para defender (como já foi dito por um diretor) a exigência do diploma: isso impediria que os "bicaretas" ussem a profissão em benefício próprio. Porém, simplesmente passar por uma universidade não garante a ninguém um bom caráter, nem responsabilidade social. Pode-se ser jornalista sem passar por uma faculdade. Um jornalista precisa conhecer o idioma, interpretar a realidade, aptidão, caráter. Isso tudo independe de universidade", acrescenta Guilherme.

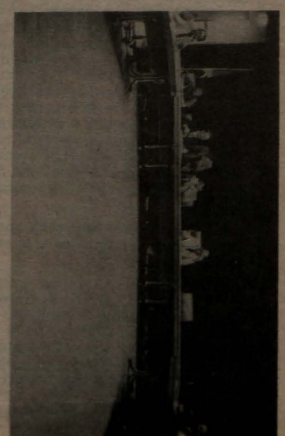
Uma preocupação preocupante

A preocupação com o exercício das profissões ligadas à comunicação faz parte de vários estudos teóricos, e também de instituições internacionais como a UNESCO: "O treinamento profissional adequado para os que praticam o jornalismo é condição sine qua non. A profissão tem uma relação vital com o bem-estar da sociedade e a compreensão mútua entre as Nações".

O advento e a rápida utilização dos meios de comunicação de massa imprimiram velocidade na discussão dessas preocupações. A comunicação em si, que existiu desde a articulação dos primeiros sons e imagens, toma vulto e dimensão. Sua história, ligada à evolução da espécie humana, é aprimorada e aprimora esse mesmo homem, que hoje se encontra mais extenso e/ou aprisionado.

Voltar no entanto as preocupações para "uma formação adequada dos profissionais", muitas vezes não reflete a realidade. Circunstâncias históricas, que determinam a centralização dos meios de comunicação (veículos), que desiguam em escala desumana as possibilidades de interação entre os homens, dão a essa comunicação implicações e definições bem delimitadas para os significados das suas mensagens.

Está "ganho" um currículo, mas ainda não está conquistado um direito básico de todos: o de expressão. (Pedro Coe).



Diário

TERÇA-FEIRA, 4 de outubro, 14:30 — Em frente ao prédio do Conselho Federal de Educação cerca de uma centena de estudantes reunidos, discutem. O problema em questão é o melhor modo de pressionar os conselheiros para a aprovação do currículo de comunicação. Junto com os estudantes estão a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), o jornalista Paulo de Souza, representando a Associação Brasileira de Imprensa, e o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, Hélio Doyle.

17:00 — Depois de terem ensaiado um princípio de lobby, durante a tarde, os estudantes estão reunidos nas galerias do plenário do conselho. Dentro de alguns instantes começará a apreciação do projeto. O clima é de expectativa. O conselheiro relator, D. Serafim Fernandes já havia declarado seu voto: pela aprovação do currículo, alterando a redação do artigo oitavo, que dispunha sobre a exigência de equipamentos e laboratórios mínimos.

17:30 — Iniciada a sessão, é colocado em discussão o projeto de resolução que fixa o novo currículo mínimo para os cursos de comunicação. Manifestações nas galerias. O presidente interrompe a sessão. Dois pontos são polêmicos, a mudança da redação do art. 8º e o art. 7º que muda a periodicidade dos jornais-laboratórios de mensal para bimensal. Terminada leitura do voto do relator, é aberta a discussão. O conselheiro Paulo Nathanael elogia a comissão que elaborou o projeto e pede a sua aprovação. Aplausos nas galerias. A conselheira Ana Bernardes pede o adiamento da votação. As galerias vibram. Os estudantes e professores presentes procuravam ganhar tempo para negociar os pontos polêmicos. O presidente suspende mais uma vez a sessão. Acatando o pedido da conselheira, o relator aceita o adiamento da votação por 48 horas e abre espaço para a negociação, chamando as entidades

presentes para conversar.

QUARTA-FEIRA, 5 de outubro, 8:00 — Departamento de Comunicação, UnB. É eleita uma comissão de estudantes, representando as escolas que estavam em Brasília, com o objetivo de, junto com os professores e profissionais, pressionar os conselheiros individualmente.

14:00 — A comissão passa a tarde no CFE, tentando convencer os conselheiros de seu ponto de vista. A entrevista com a câmara de 1º e 2º graus é, particularmente, delicada. Dela fazem parte as conselheiras Ana Bernardes e Zilma que, depois de pedirem o adiamento da votação, pretendiam alterar o elenco de disciplinas e matérias propostas.

QUINTA-FEIRA, 6 de outubro, 9:00 — No gabinete de D. Serafim a comissão negocia a mudança da redação dos artigos polêmicos. D. Serafim cede e reformula o seu parecer original, garantindo no texto a exigência de laboratórios e equipamentos mínimos, bem como a periodicidade mensal para os jornais-laboratórios.

11:00 — O jornalista Pompeu de Souza consegue que o presidente do CFE, Lafayette Pôndé, receba a comissão. No amplo gabinete, os estudantes e professores argumentam sobre a necessidade de uma formação profissional decente garantida, a seu ver, por aquela proposta de currículo.

17:00 — Na entrada do plenário o clima é tenso. Já se tem certeza de que o relator mudará seu voto. Resta a dúvida quanto a atuação de alguns conselheiros que poderiam, ainda, interferir no projeto. No plenário, as galerias estão lotadas. O relator profere o seu parecer modificado. Aplausos. O presidente interrompe a sessão. Aberta a discussão, a conselheira Zilma pede a palavra. Na sua intervenção, em nome da câmara de 1º e 2º graus, ela pede a alteração do número de disciplinas obrigatórias, com a inclusão de mais duas disciplinas obrigatórias no tronco comum.

Tumulto. No momento ninguém percebe com clareza o que isso significa. D. Serafim, querendo a aprovação imediata do projeto, aceita a maioria das proposições. É aberto um parêntese para se votar a sugestão do conselheiro Afrânio Coutinho, alterando para Produção Editorial o nome da habilitação Editoração. Aprovada a questão, o presidente declara aprovada a resolução que fixa o novo currículo mínimo para os cursos de comunicação. Nas galerias respira-se uma atmosfera de alívio e euforia. Foram quase quatro anos de luta. "Eu acho que a aprovação final do currículo, como foi decidido pelo CFE, foi uma vitória da gente. Foi o resultado de mobilização, de muita discussão. A gente se empenhou muito nisso tudo. Desde o início, em meio à campanha pelo fechamento dos cursos que nos posicionamos, através do ENECOM (Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação) de Curitiba, em 80. De lá para cá, nos encontros de Salvador e Florianópolis, detalhamos nossas propostas, conseguimos mobilizar os estudantes e nos colocamos à frente da luta não, unicamente pela preservação dos cursos, mas por sua melhoria.

Nunca desconhecemos as deficiências do curso, daí nosso engajamento na comissão do CFE — inédita por sua representatividade e espírito democrático. Participei da comissão por mais de 1 ano. Vejo por isso, com satisfação, alegria até, o respeito que o conselho teve por nossas decisões. Tenho consciência que algumas escolas terão dificuldades para implantar o novo currículo. Mas estou, também, consciente que ele representa um novo rumo para os cursos. É claro que não estarão sanados todos os problemas de um curso recente, dinâmico, em permanente discussão. O curso de Comunicação não está fora da universidade; sofre com a falta de verbas para o ensino, com a falta de autonomia e democracia nas universidades. Porém, sem dúvida, o novo currículo represen-

ta um passo, para uma melhor formação dos estudantes. Não tenho ilusões de que nada disso será real se não continuarmos unidos (com os professores, profissionais e entre nós) para garantir a implantação correta do currículo e o constante aperfeiçoamento dos cursos, através de discussões, análises, avaliações críticas e etc..." (Leticia Borges, já formada, representante dos estudantes de comunicações dentro da comissão especial do CFE e participante desde 1979 das mobilizações dos estudantes de comunicação).

"A comissão dos 21, que o CFE instituiu para estudar e propor um novo currículo para os cursos de Comunicação Social, nasceu da luta e da união de todas as entidades de classe que representam os profissionais da área de comunicação, os estudantes, professores, e até os empresários. Do trabalho dela surgiu o anteprojeto do novo currículo, mas foi a intensa e permanente mobilização dessas entidades que criou o clima contra a protelação da decisão do CFE (que ficou com o projeto 10 meses na gaveta)... Mas, o novo currículo só saiu mesmo porque: 1º) Os estudantes, os professores e, na área profissional, os jornalistas criaram um grupo de pressão política em torno do CFE que trouxe bons resultados. A destacar, especialmente, o Sindicato dos Jornalistas do DF, a Federação Nacional dos Jornalistas, A.B.I., e a CONTCOP — Confederação que reúne todos os trabalhadores na área de comunicação; 2º) os universitários e professores de comunicação da UnB — justiça se faça — foram incansáveis nesta luta, representando todos os colegas do país, não descansaram nem um minuto, durante todo o tempo em que se estudou o novo currículo" (Washington Tadeu de Melo, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas durante o período em que se desenvolveram os trabalhos da comissão, da qual ele participou). (Rodrigo Mesquita).

Muitos problemas, pouca "política".

Na cidade-satélite de Sobradinho não existe Associação de Moradores, porém, na prática esse espaço é ocupado pela CPMS (Comissão Pró-Melhoramento de Sobradinho), criada em 69 e formada por um grupo de moradores voluntários e assessorado pelo CDS (Centro de Desenvolvimento Social), ligado à Fundação do Serviço Social. Os objetivos são os de prestar serviços à comunidade de forma organizada, planejando, avaliando e executando projetos de interesses comunitários.

Um exemplo de iniciativa bem sucedida da CPMS é o Centro de Desenvolvimento Agrícola de Menores Carentes, criado há 4 anos, cujas atividades de horticultura são realizadas numa área na periferia de Sobradinho. Contando com 33 alunos carentes, com idade entre 6 a 14 anos, o produto da venda dessas culturas é dividido meio a meio, sendo que, a parte que fica com a Comissão é revertida em benefício dos próprios alunos. Como meio de comunicação a Comissão conta com um jornal periódico utilizado para a divulgação dos objetivos e atividades da Comunidade.

CONSELHO COMUNITÁRIO

Outro exemplo de mobilização dos moradores é o Conselho Comunitário, criado em junho de 83 e liderado por Oswaldo Morgado. Seu sistema de filiação e proposta é o mesmo de qualquer Associação de Moradores: formado por representantes de quadras, com três representantes para cada uma, eleitos pela assembleia de moradores. O Conselho conta atualmente com 500 associados, contribuindo com uma mensalidade simbólica de 100 cruzeiros. As reuniões ocorrem 2 vezes por mês para elaboração de lista de reivindicações. Os problemas de água e luz são resolvidos com os órgãos competentes, levando somente à Administração Regional os casos que não podem ser resolvidos isoladamente.

Embora negando seu envolvimento político, os movimentos de comunidade em Sobradinho são ativos e têm contribuído em muito para a solução dos problemas daquela cidade-satélite (Helôisa Vieira).

Pelos direitos

Hoje a participação comunitária assume crescente importância nos centros urbanos. Em São Paulo a luta por uma vida ao menos decente provocou o surgimento de associações de bairro que, em uma palavra, negociam as suas reivindicações com prefeituras e até com o governo estadual. Em Brasília, a força das associações de moradores está exatamente no seu poder de representatividade junto às respectivas comunidades. Quase todas as cidades-satélites possuem sua associação de moradores. Porém enquanto as associações do Plano Piloto reivindicam alargamento de pistas de entrequadras, estabelecimentos de pontos de táxi, concurso entre moradores para criação do logotipo da "bandeira da quadra", nas cidades-satélites luta-se por uma rede de esgoto, legalização de lotes, transporte, saúde e escolas. Um dado mais característico das associações de moradores do DF é a constante preocupação em não assumirem declaradamente nenhuma postura político-ideológica. Não obstante, essas organizações comunitárias cumprem o seu papel político pois preenchem o espaço vazio deixado pelas administrações regionais, politicamente afastadas dos núcleos comunitários por estarem muito próximos ao Governo do Distrito Federal. (Marcelo Gonçalves Vieira).



No DF, as associações de moradores reivindicam pela comunidade, enquanto o voto não vem.

Nas superquadras, uma realidade menos ingrata

O Plano Piloto vem se unindo numa forma de representação política, reivindicando seus direitos, através de associações de moradores que se formam em pequenas comunidades, partindo da iniciativa própria de seus habitantes. Essas associações, também denominadas "prefeituras", buscam uma aproximação entre os moradores e o governo do DF, na tentativa de encaminharem soluções de problemas.

O prefeito Ronaldo Ribeiro, da 413 Sul, diz que o aparecimento dessas associações é visto como uma forma de representação política, já que Brasília não possui uma administração como as cidades-satélites. "Todas as associações são geradas espontaneamente e consideradas independentes", comenta o prefeito Reinaldo Martins da 303 Sul.

A comunidade da superquadra 312 Norte, a exemplo de outras experiências bem sucedidas no Distrito Federal, está lutando pela implantação de sua miniprefeitura e os síndicos da quadra já se encontram mobilizados para organizar nos próximos meses as eleições para prefeito. A ideia existe há muitos anos e foi recentemente reforçada em reuniões entre síndicos e moradores que, convencidos da necessidade de se unirem para conseguir um movimento reivindicatório representativo, criaram um Conselho de Síndicos. Este conselho vem se reunindo desde setembro de 82 e hoje finalmente experimenta o resultado de seu trabalho numa nova fase onde a atenção do Governo do Distrito Federal está voltada para os problemas daquela superquadra, uma das mais antigas da Asa Norte.

O ânimo encontrado na comunidade da SQN 312 deve-se ao fato de ter recebido uma resposta imediata à carta de reivindicações que o conselho entregou, por intermédio da secretária de Educação Eurides Brito, ao governador do Distrito Federal.

PESQUISA E PROJETO

As reivindicações propostas na carta enviada ao

governador, dentre outras a ampliação de estacionamento, a urbanização geral, iluminação, policiamento e área de lazer, foram traçadas com base no resultado de uma pesquisa realizada através de questionários distribuídos a todos os moradores. Pela pesquisa se descobriu, por exemplo, que o número de vagas nos estacionamentos não era compatível com o número de automóveis existentes na quadra.

Com base nas necessidades mais imediatas da Comunidade, a Codeplan elaborou um projeto que atende, numa primeira etapa, a reformulação do sistema viário-ampliação de estacionamento (alargamento de pistas, criação de ponto de táxi, ilhas e balões para controlar o fluxo de veículos) e posteriormente à área de lazer.

QUADRA-MODELO

Dona Alvinéia, ex-síndica e moradora da quadra há 17 anos e frequentadora assídua de todas as assembleias já realizadas pelo Conselho, vê nesta vitória um grande passo. "É a primeira vez que um representante do governo vem até a comunidade, para junto com os seus líderes traçar as necessidades dessa comunidade". Foi dona Alvinéia quem lançou durante as reuniões a ideia da miniprefeitura, inspirada nas experiências conhecidas por contatos postais feitos com a prefeitura da quadra 303 Sul.

Os moradores acreditam na miniprefeitura como ponto de concentração de interesse da comunidade e pensam em implantar nela um trabalho de mutirão, com cargos sem remuneração mas com colaboração financeira mensal de cada bloco cuja quantia ainda será estipulada. Existe até a ideia de promover um concurso entre os próprios moradores para a criação de um hino e de um logotipo para a bandeira da quadra. (Walcy-mara, Maria Cristina e Maria Amélia).

Incansáveis: haja fôlego

A Associação dos Incansáveis Moradores de Ceilândia faz jus ao nome que possui. Nem mesmo o adiamento por 14 vezes da audiência para julgar o pedido de legalização dos seus lotes, fez com que desistissem. Prepararam as mochilas, "matulas", cobertores e colchões dispostos a esperar, de plantão, pelo julgamento. Mas não foi preciso aguardar por muito tempo. A audiência foi marcada pela décima quinta vez e realizada, resultando na vitória dos moradores.

A luta pela legalização dos lotes é apenas uma parte da história da associação, que, em três anos e meio de vida, já conseguiu expressivas vitórias de caráter social. Problemas como a precariedade da iluminação pública e o acúmulo de lixo nas quadras estão resolvidos, apesar da demora da administração em atender as reivindicações dos moradores. No caso do lixo, como conta Euripedes Pedro de Camargo, presidente da associação, o conjunto "H" da QNN 03 ficou mais de um ano sem receber a visita do caminhão da Limpeza Urbana; o que aconteceu também em outros conjuntos e quadras vizinhas.

Para Euripedes, a demora em resolver os problemas propostos pela associação é uma jogada política da administração. "A administração não quer deixar transparecer que a associação contribui para resolver este ou aquele problema, tentando, com isso, guardar para si o mérito da iniciativa".

COMISSÃO DO DF.

Tudo esse caráter paternalista das administrações se deve ao fato de o Distrito Federal não ter representação política. A Comissão do DF no Senado, encarregada de representar os interesses da população junto às autoridades, não é na verdade representativa, uma vez que não decide coisa alguma. O presidente dos "Incansáveis" afirma ter recebido apoio desta comissão, mas "sem poder decisório, a comissão acaba sempre acatando o que é proposto pelo governo".

Os incansáveis Moradores de Ceilândia utilizam-se de diversos meios de comunicação para mobilizar e informar a população. Além da distribuição de panfletos, feitura de faixas e cartazes; a associação conta com o jornal "Voz da Ceilândia" de periodicidade bimestral e tiragem de 1.000 exemplares. Mas mesmo assim é muito difícil mobilizar os moradores em torno de determinados problemas. Segundo o próprio Euripedes, o grau de participação varia de acordo com o interesse e o caráter imediato da questão. "Se o pessoal acredita que um determinado problema pode ser resolvido de imediato, todos se dispõem a participar; caso contrário, há uma dispersão".

E a luta interminável dos "Incansáveis" continua. Depois da primeira vitória com a legalização dos lotes, surge agora o problema com o alto custo das prestações. Após solucionar o impasse do lixo, a associação se volta para a precariedade de atendimento médico.

(Dercio Rodrigues)

"Por que o FMI estabelece cláusulas impossíveis? Porque se as cláusulas fossem exequíveis,

No capitalismo não há s

O professor Lauro Campos, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, afirmou, em depoimento consistente, agudo e por vezes apaixonado, prestado aos alunos do *Jornal Campus*, que o endividamento externo é apenas uma expressão das relações de dominação capitalista. Introduz, dessa forma, um novo referencial no caudaloso debate que se processa sobre o assunto no País: qualquer medida buscando solução para o problema da crescente dívida externa brasileira, mantendo as mesmas estruturas e as mesmas relações de dependência ao mundo capitalista desenvolvido, estão fadadas ao fracasso, analisa ele.

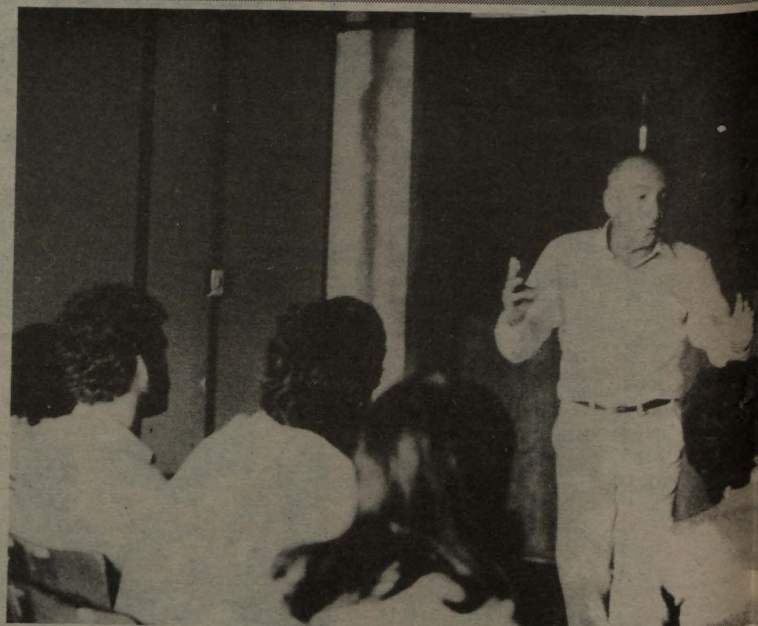
Recorre, utilizando a teoria marxista, à história econômica mais recente para demonstrar que o endividamento dos países subdesenvolvidos está completamente vinculado aos estágios de desenvolvimento do capitalismo nos países centrais. Ou seja, quando no século passado, as ferrovias passaram a ser o carro-chefe da estratégia ofensiva do capitalismo inglês sobre o mundo, a dívida externa brasileira, bem como a de vários outros países pobres, era uma "dívida-ferroviária". Como atualmente, o capital mais importante já não é mais a mercadoria, a ferrovia, mas o capital-dinheiro, o produto-crédito, o endividamento galopante dos países capitalistas de periferia não só continua sendo o funcionamento normal do sistema, como também um aspecto essencial do controle de uma Nação por um grupo de banqueiros internacionais. Antes os devedores eram os capitalistas, as empresas. Por isso, como explicou Lauro Campos, quando foi declarada a primeira moratória brasileira, o Barão de Mauá faliu. Hoje, o grande devedor é o próprio Estado, que é quem toma empréstimos para realizar os grandes investimentos, já que a burguesia brasileira, em seu raquitismo, é incapaz de fazê-lo. Nesse sentido, através da dívida externa, toda a economia

brasileira está nas mãos dos credores externos conclui Lauro, acrescentando que diante da impossibilidade de receber em dinheiro, eles poderão optar por receber em riquezas. Uma Vale do Rio Doce, serve por exemplo...

Lauro aponta, ainda, mudanças ocorridas nos últimos anos acentuando a crise do sistema capitalista, impedindo, por exemplo, que ele resolva suas crises econômicas através da guerra como aconteceu nas duas primeiras grandes guerras mundiais. "Agora não adianta a guerra — ressalta — pois a própria economia de guerra entrou em crise". Não deixa de admitir, entretanto, que a processo inclina-se para essa direção.

Criticando acidamente Roberto Campos, Delfim Netto, Viacava e outros administradores da miséria brasileira, o professor de economia afirma que as medidas que o FMI quer obrigar o Governo a tomar são inexecutáveis: "Reduzir o consumo da maioria da população não vai produzir excedente exportável, pois os assalariados consomem produtos vagabundos, que não serão absorvidos nunca pelo mercado externo. O povo consome é rapadura com farinha e isso não pode ser exportado! Vamos exportar o quê? Exportar cactus?" indagava indignado.

O depoimento de quase três horas de duração, feito a uma platéia atenta, somente com muita dificuldade era interrompido pelas inúmeras perguntas que se pretendia fazer, mas que esbarravam quase sempre num depoente ao mesmo tempo denso e inflamado. Num certo momento, ao vaticinar a falta de saída para o problema da dívida externa dentro da estrutura capitalista, uma das poucas perguntas conseguiu se fazer ouvida: "Professor, então qual é a solução?" Ele ensaiou fazer uma explicação econômica, mas se deteve. E respondeu quase que num desabafo: "O negócio é o seguinte; para simplificar, a saída é o socialismo!".



Lauro Campos: uma rica aula sobre a falência do cap

Moratória não é nova Brasil já entrou nela

Os jornais não falam, mas o Brasil já declarou três vezes moratória. E nada mudou... Continuamos na mesma situação, atrelados aos interesses das economias dos países capitalistas centrais.

A primeira, em 1898, época em que as ferrovias dominavam o mundo e nos dominava também, como bem o disse o professor Lauro Campos, foi assinada por Campos Sales em Londres. E com ela veio a nossa primeira carta de intenções exigindo que a Central do Brasil fosse hipotecada, expressando o desejo, por parte dos credores, de apropriação do sistema de abastecimento de água do Rio de Janeiro e das taxas alfandegárias, além de obrigar o Governo brasileiro a incinerar dinheiro. «A mesma coisa que o FMI está exigindo de nós hoje, foi exigido em 1898 — uma redução dos gastos fantásticos do Governo, criação de um imposto de 10% ouro sobre exportação e importação».

Como a economia está em crise, tem diversos setores que eles (os credores) não querem. Eles querem o quê? Querem o setor bancário, o setor de fibras óticas, de eletrônica, de petróleo e derivados.

A nossa dívida pública é de 16% do PNB, enquanto a dos EUA é de mais ou menos 60% do PNB deles. Por que o FMI não vai aconselhar os EUA a reduzir o seu déficit público, e vêm aqui nos obrigar a isso?

acrescenta o professor.

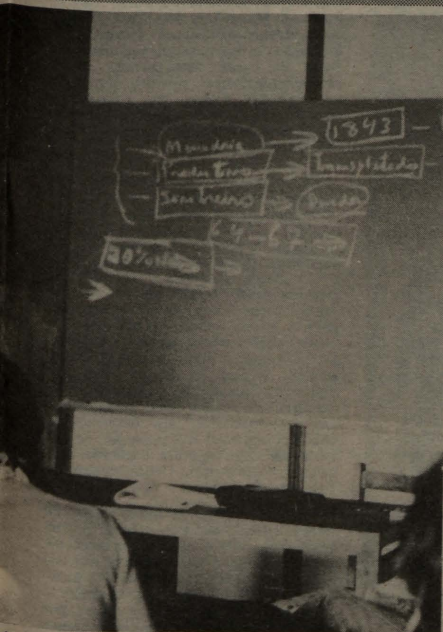
Novos empréstimos são feitos em 1908 e 1908. Aproxima-se a Primeira Guerra Mundial. E Wenceslau Brás, em 1914, assina nova moratória. Nova no sentido de que é mais uma, porque as exigências eram idênticas e descabidas como as de janeiro de 1898. A dominação continuava criando um padrão de dependência que vai-se arrastando até a década de 20.

Em 29, a bolsa dos Estados Unidos quebra e os seus efeitos repercutem no Brasil. Passam-se três anos. Em 1931, mais uma moratória, a última, vem fazer parte da nossa desencontrada economia. Desta vez, as condições de pagamento são bastante suportáveis, mais compatíveis com a receita de pagamentos brasileira. Entretanto, tal moratória foi renegociada em três anos diferentes.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Brasil consegue acumular um saldo ex

o Brasil as executaria."

saída



italismo

dade: só o
três vezes

terno de 500 milhões de dólares. Ocorre um certo alívio econômico no país, e, pela primeira vez, o Brasil encontra-se sem endividamento. Infelizmente, isso não dura muito. Os anos foram passando e, hoje, chegamos a uma dívida externa de 100 bilhões de dólares. O FMI entrou na jogada e fez imposições. «Nós temos que chegar a uma inflação de 50%. Isso é impossível! Por que o FMI estabelece cláusulas impossíveis? Porque se as cláusulas fossem exequíveis, o Brasil as executaria. Então o FMI ficaria obrigado a nos dar o aval internacional por termos cumprido as cláusulas. Para que nós nunca possamos recuperar nossa soberania, nunca possamos ser donos do nosso nariz, das nossas decisões, o FMI coloca cláusulas inexecutáveis», declara o professor Lauro Campos.

Nossa soberania está em jogo. 120 milhões de brasileiros, num grito preso, exigem uma saída para esta situação econômica opressora. (Luiza Modesto).

"Em 72 a dívida externa brasileira recebe 6 bilhões de dólares e, ainda, em 73 passa de 6 para 9 bilhões de dólares.

Houve um aumento de 50% em apenas um ano e o petróleo aumentou em 73%

Arrocho e dependência

Campus -- O senhor acha que o grande culpado pela dívida externa brasileira são os Estados Unidos?

Lauro -- Eu acho o seguinte: culpa, em certo sentido, ninguém a tem. Ninguém é culpado de ter nascido feio ou bonito. Ninguém é culpado de ser o que é. O problema é que as relações internacionais são relações capitalistas. Estas relações de mútua dependência, de discussão recíproca, são relações de dominação, são relações de polarizações, e são nessas que nós nos encaixamos, não é? Nós fazemos parte dessa totalidade. A culpa, então, é do sistema. De um sistema em que, de acordo com Puzner, por exemplo, o índice de pobreza tem aumentado no mundo subdesenvolvido e em que os índices de riqueza têm crescido em todo o mundo desenvolvido. Tem havido uma concentração de riquezas mundial, cada vez maior.

Campus -- De acordo com a involução ou evolução da economia dos Estados Unidos os países a ele ligados certamente sofrerão uma alteração?

Lauro -- Sim, certamente. Nós estamos dependendo agora do desemprego norte-americano. Esse aparente equilíbrio, esse precário e falso equilíbrio está todo montado, se equilibrando, no desemprego norte-americano. Se o desemprego lá cair para uma taxa de 4%, isso significa que as taxas de inflação subirão para 16% e que, portanto, a nossa taxa de juros foi para 21% e aí o mundo explode! Porque o mundo subdesenvolvido deve 800 bilhões de dólares. Se o governo americano quiser reduzir esse desemprego, pois ninguém ganha eleições com 11% de desemprego e com 15 milhões de miseráveis, ele vai ter que gastar mais. Não em roupas ou em arruas, mas naquilo que ele reduziu, ou seja, nos itens sociais. Portanto se a taxa de juros for para 21%, dentro de pouco tempo nos estaremos pagando, só de juros da dívida, 21 bilhões de dólares. Só de juros!

Campus -- Num momento em que há uma crise no capitalismo mundial, em que um terço da humanidade já vive sob a economia socializada e também quando os países da periferia, como Chile e Argentina, começam a se prostrar, pois tudo que os monetaristas fizeram aí não resultou em nada, qual seria a viabilidade de uma declaração conjunta da moratória por parte desses países devedores? E quais as possíveis consequências políticas e econômicas?

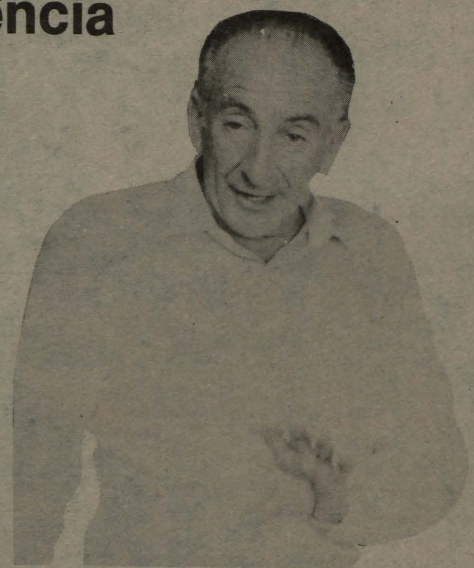
Lauro -- O problema realmente me parece bem mais grave. Nós estamos vendo aí, portanto, a estrutura da dependência. O problema não é só petróleo. No Brasil nós não produzimos nem automóvel sem importar. Não produzimos televisores. Quer dizer, nós temos uma estrutura de dependência que está aí de tal forma que qualquer corte nesses setores provocam, obviamente, uma paralisação interna. Essa é a estrutura de dependência. E ela está se manifestando cada vez mais com maior intensidade. Mas dada a impossibilidade do Brasil pagar a dívida e se ele se juntar com a Argentina ou com o Chile ou com outros devedores, o que pode acontecer é imprevisível! Nós estamos no plano das possibilidades, das conjecturas. Eu acho que vai acontecer o seguinte: o credor externo vai-se convencer que a solução é receber em patrimônio interno, em riquezas. Será altamente seletivo, porque eles não vão querer receber as empresas Matarazzo, por exemplo, que estão falidas.

Campus -- Se ocorresse uma negativa conjunta do pagamento da dívida, o que aconteceria? Aconteceria um colapso?

Lauro -- Se fosse só o Brasil... Quando em 1890, a Argentina não pôde pagar a Casa Carrington, isso afetou o mundo de tal maneira que tem gente que afirma que a crise de 1890 foi provocada pela Argentina. Agora, a situação é muito mais... Agora não é só uma Argentina só, não. O Brasil de hoje, por exemplo, tem um peso relativo muito maior, ou seja, os grandes bancos americanos têm aqui, nos países subdesenvolvidos, quatro vezes o seu patrimônio aplicado. Então, o negócio não é brincadeira. Um negócio desse aí seria realmente a falência do sistema financeiro internacional. Na crise de 29, os bancos ficaram cheios de papel. Hoje mudou de figura. Hoje os papéis são a dívida pública, é o governo o grande comprador de Itaipu, Furnas etc, sustentando a economia de guerra. São títulos nossos acumulados no sistema financeiro internacional, 100 milhões de dólares. Agora os bancos não querem entrar na crise. Eles querem ficar numa ilha de prosperidade em um mundo em crise. É impossível! Eles querem receber tudo certinho, seus juros, suas correções... Eu acho que eles vão ter que entrar na crise, quer queiram, quer não.

Campus -- O 2.045 é uma solução para a dívida externa brasileira?

Lauro -- O problema não é reduzir salários, reduzir o consumo, para poder aumentar o excedente exporta-



ver! As pessoas que ganham salário vão deixar de consumir o quê? Deixar de consumir roupas vagabundas, sapatos, tamancos péssimos, aquele negócio vagabundo, deixando de consumir o que é pior, e o pior não é exportável. É uma loucura! Não vai ser apropriável pelo sistema financeiro internacional o excedente que vai ser retirado aqui da mão-de-obra... Eles estão querendo voltar a 1964, porque naquela época o arrocho salarial deu certo. Eles só sabem fazer isso. Deu certo antes, agora não dá mais. Eles querem o arrocho salarial porque um a parte dele seria apropriado não só lá fora mas também pelo Governo que iria aumentar a tributação. Tal como aconteceu em 1965. Centralização tributária - INPS, ISS e ICM -- que deu uma folga para o Governo realizar seus grandes gastos, fazer investimentos nas estatais e assinar por diante. O Governo ao aumentar a carga tributária vai fazer o quê? Vai pagar os banqueiros, porque tem 17 bilhões da dívida pública e o FMI quer que o Governo reduza a dívida pública pela metade. Ora, em 67 houve uma acumulação. Empregou-se mais gente, apesar de que investiu-se mal, investiu-se em coisas fantásticas. Mas empregou-se gente, pelo menos. E agora? Agora vai pagar banqueiros, e banqueiros não dinamizam nada!

Naquela época, houve uma dinamização tortuosa da economia, de concentração consumista, mas houve. E agora? Agora eles querem reduzir o salário de todo o mundo. Se a própria indústria automobilística que já chegou a vender mais de 1 milhão de carros por ano, passou a vender, no ano passado, apenas 520 mil unidades para o mercado interno, mais 160 mil de exportação... Ou seja, reduziu-se pela metade o mercado interno de automóveis. O FMI está exigindo uma redução do consumo de artigos de luxo, que é o que dinamizava a economia. Então, nada do que funcionou em 64 e em 67 funciona mais.

Campus -- E a moratória negociada?

Lauro -- A solução é uma transformação contínua, uma transformação concreta das relações de produção, de estrutura. Eu acho que se pudéssemos pagar em vinte anos, é melhor do que pagar em dois. É evidente. Se vier, uma moratória que nos permita isso -- do ponto de vista da estrutura atual -- é melhor uma coisa do que a outra. Mas eu acho que não resolve! Os grandes problemas da economia não se resolvem com isso. Também não vai resolver nada realizar investimentos agora. E voltar a estrutura de 1974 -- produzimos carro, TV, geladeira. Se a gente pudesse fazer isso, simplesmente nos iriamos aumentar a taxa de menores abandonados de 25 para 40 milhões, aumentar a criminalidade mais 10%, ou seja, agravar os problemas sociais, as contradições. A dívida social seria maior ainda.

Só moratória não seria a solução. Não podemos retornar a uma estrutura como o Celso Furtado e outros querem. Investir, investir, investir. Investir em quê? Em que setores? Se fosse investir em setores sociais... Se fosse possível isso. O que deve ser feito é um aumento nos salários, mas eles só falam em reduzir... Como você vai fazer isso? Não pode. Investir em aviãozinho, em barco de luxo para botar no lago, na Baía da Guanabara, não sei onde. Investir em apartamentos de milionário não é solução nenhuma. Só serve para objetivar uma estrutura de diferenciação da riqueza e de tudo o mais.

Na Canadá, há que se conhecer o próprio país

Conhecer o seu país. De Vancouver para Quebec, passando obrigatoriamente pelo Norte, pouco habitado. Em quilômetros brasileiros, algo como os tradicionais de Manaus a Porto Alegre, incluindo Macapá ou Boa Vista. Esse é, curiosamente, o elemento prioritário na formação do diplomata canadense que, antes de optar pela carreira, deve preencher um único requisito: ter título universitário. Enfim, não existe, no Canadá, uma escola específica para a "gestação" de diplomatas, como seria o Rio Branco no Brasil.

"O sistema é bem diferente", assegura Bruce Gillies, primeiro secretário e cônsul Canadense, além de advogado. Após ter colocado grau em qualquer curso (de Arquitetura a filosofia), o candidato a diplomata presta um exame específico promovido pelo governo, onde noções básicas de política interna e externa são suficientes para a seleção. Em seguida são realizadas entrevistas através das quais se faz a seleção final. Terminadas as provas, o Canadá ganha mais um diplomata, que durante um ano além de percorrer os quilômetros necessários, vai se especializar em determinado país. Ou continente. A princípio, de seu interesse. Em segunda hipótese, sob orientação do próprio Departamento de Relações Exteriores.

"Depois desse primeiro ano de aprendizado", explica Gillies, depois que o diplomata conheceu sua terra, ele está pronto para sair, para assumir um posto em outro país como Terceiro-Secretário. Geralmente, a transferência é quase imediata, mas, às vezes, por falta de posições, o provisoriamente oficial do Departamento aguarda dois anos.

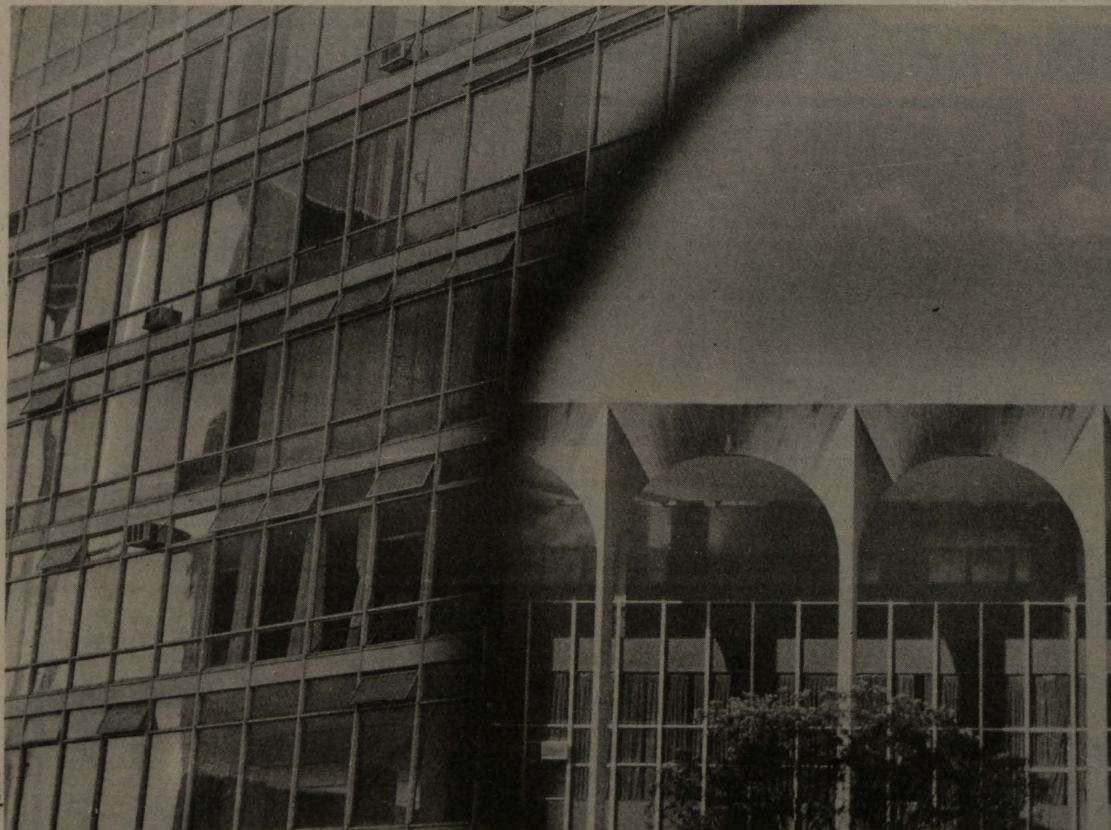
O caso de Gillies, porém, é um pouco diferente. Há apenas oito semanas no Brasil, falando com dificuldade o português o cônsul canadense iniciou carreira nas Nações Unidas, na Assembleia Geral, de onde veio transferido para Brasília. Um profissional satisfeito com sua formação, com o sistema onde o diplomata se forma na prática. "O fundamental é trabalhar", garante.

PARAGUAI

Ao optar por uma administração tradicional, em que os gastos internos são contidos por uma política conservadora, o Paraguai barrou as grandes máquinas burocráticas, os grandes empreendimentos. Nesse sentido, embora exista há vários anos, a Academia de Diplomatas do Ministério das Relações Exteriores paraguaio somente agora ganhou um impulso significativo.

"Não se trata de uma escola antiga, com a tradição do Instituto Rio Branco", observa Francisco C. Palau, primeiro secretário. "Nesse sentido, trata-se, inclusive de uma escola ainda carente em vários setores". Como, por exemplo, em questões de fronteira, ou em relações bilaterais semelhantes às que surgiram em virtude da construção do Itaipu. "Aliás, é em função de Itaipu que eu estou no Brasil há cinco anos e meio. Não sou um diplomata de carreira. Sou um diplomata da área técnica, proveniente do Ministério de Obras Públicas para desempenhar um cargo específico", comenta Palau.

Uma escola fundamentada em experiências pessoais, dirigida por ex-diplomatas, professores de Direito Internacional Público e Pri ad, e tendo como diretor honorário o próprio Ministro das Relações Exteriores. Não muito tradicional, mas em fase de expansão, tendo em vista a recente ampliação do seu orçamento. Onde se ensina o idioma nacional do Paraguai, o guarani, ao lado dos tradicionais e obrigatórios inglês, alemão, francês e espanhol (este, o idioma oficial). Para nela ingressar, apenas uma prova, um vestibular específico, no qual temas internacionais políticos e econômicos se fazem de conhecimento obrigatório para o candidato à carreira. (Kido Guerra)



Arquivo

Itamaraty: acesso difícil a uma carreira lenta e competitiva

Diplomacia: uma difícil formação

O diplomata, funcionário público de elite, enfrenta diversos obstáculos durante sua carreira. Talvez o mais difícil deles seja o curso do Rio Branco onde ele, um ex-universitário, enfrenta um currículo difícil que lhe será cobrado por uma banca examinadora formada por altos expoentes na cultura nacional.

O Instituto Rio Branco, criado em 1945, vem desde então, formando diplomatas para atuar nas chancelarias brasileiras. Conta atualmente com 72 alunos, sendo 35 no primeiro ano e 37 no segundo. O curso de preparação à carreira diplomática tem dois anos de duração após os quais os formados estão automaticamente contratados pelo Ministério das Relações Exteriores. Mas o ingresso do candidato no Rio Branco, bem como toda sua carreira posterior, é uma espécie de corrida de obstáculos e de acirrada competição. Os interessados precisam ter pelo menos dois anos de curso superior e domínio do Inglês e do Francês. Ou, pelo menos, saber razoavelmente um desses dois idiomas desde que conheça muito bem o outro.

Em uma primeira etapa, do vestibular, o candidato faz exames de Português, Inglês e Francês. Nesta fase, são realizados provas simultâneas em várias capitais brasileiras (Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília). Aqui, elimina-se a maioria dos candidatos.

Em seguida, os aprovados são trazidos a Brasília, com despesas pagas, e submetidos a exame médico e psicotécnico.

Depois, fazem provas de História, Geografia, Direito e Economia. Uma vez aprovado em tudo isso, o aluno espera pelo ano seguinte quando iniciará seu curso.

Os estudantes do Instituto Rio Branco recebem uma bolsa de estudos de 85 mil cruzeiros para solteiros e 102 mil para casados, além de outros benefícios como apartamento funcional pelo qual pagam apenas uma pequena taxa de ocupação, subsídio nas refeições e assistência médica do Ministério das Relações Exteriores. Durante dois anos, o aluno estudará Direito Internacional Público e Privado, Francês, Inglês, Economia e Política Internacional, História Diplomática Brasileira e Geografia. Terminado o curso, ele é automa-

ticamente nomeado terceiro-secretário.

Então começa a carreira diplomática propriamente dita. De terceiro-secretário, o diplomata passa para segundo e primeiro. Daí para conselheiro, depois ministro-conselheiro e em seguida embaixador. Tudo isso, ainda que pareça simples, é uma operação lenta, difícil e delicada. Para passar de um patamar a outro, o diplomata espera entre três e cinco anos. Em geral, só se chega a embaixador depois de 20 anos de carreira. Além disso, a concorrência é bem acirrada. Atualmente existem apenas 801 diplomatas na ativa e 88 cargos de embaixador.

O Instituto Rio Branco também comporta bolsistas estrangeiros. Atualmente eles são em 13 e provêm sobretudo da

África. O pedido dessas bolsas de estudos é efetivado pela chancelaria do país interessado que se compromete a aproveitar o aluno quando formado. Em geral, esses bolsistas já são diplomatas que vêm aqui para se aperfeiçoar. Além disso, o Rio Branco organiza cursos a serem ministrados em outros países como fez no Suriname em 1981.

Durante todo o período de formação acadêmica, o aluno tem experiências práticas sob forma de estágio que são feitos nos próprios departamentos no Itamaraty e em chancelaria brasileira da América Latina. A formação de todos os estudantes é igual. Não existe especialização em áreas específicas, quer em termos de região ou campo de atuação. (Sandra Fernandes e Humberto Martins).

O difícil começo

Formado há vinte e dois anos pelo Instituto Rio Branco, após um puxadíssimo curso com dois anos de duração na instituição, o diplomata Rubens Barbosa, hoje com quarenta e cinco anos de idade, ocupou diversas posições no Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, além de outras em vários consulados e embaixadas no exterior. Atualmente chefia a Divisão Europa Dois do Palácio dos Arcos.

Barbosa, explicou que antes de entrar para o Rio Branco, cursava uma faculdade de Direito — formou-se nas duas ao mesmo tempo — "pois é necessário que você tenha dois

anos de um curso universitário para entrar no Instituto. "O chefe da Divisão Europa Dois afirmou também, ser o curso de diplomata muito importante para o profissional, "pois te coloca em contato com os assuntos da chancelaria dando uma formação em Direito Internacional, Direito e em História". Para ele, o exame de admissão na época em que prestou concurso era mais difícil. "Atualmente algumas das provas são feitas na base da múltipla escolha."

Ainda segundo o mesmo diplomata, o curso do Rio Branco não mudou muito desde a sua passagem pelas salas de aula da instituição, "houve

uma atualização do currículo". Barbosa disse ainda que levou quase dois meses para realizar as provas finais, que eram tanto orais como escritas e a banca examinadora era excelente, contando com figuras de vulto, como o senador Roberto Campos e o escritor Guimarães Rosa, entre outros. Explica que desde o ano passado, os alunos do Instituto Rio Branco, depois de cumprirem um estágio na chancelaria brasileira, são enviados, — após terem concluído o curso — para uma das embaixadas brasileiras na América Latina, durante quarenta e cinco dias para poder já ir se familiarizando com o serviço que irá desempenhar durante sua carreira.

Alternativa para energia é o uso de recursos brasileiros

Uma política energética que desse ênfase às fontes renováveis, nacionais, em detrimento dos derivados de petróleo, estrangeiros, seria a mais adequada ao Brasil hoje. Ela deveria dirigir-se para a auto-suficiência no uso do petróleo, de modo a reduzir as importações até onde as reservas e a produção local permitissem. A opinião é do físico José Goldemberg, presidente da CESP (Companhia Energética de São Paulo), Eletropaulo e da Companhia Paulista de Força e Luz.

Goldemberg acredita que a diminuição gradativa do teto para as importações de petróleo e o aumento da utilização do álcool, da biomassa e da energia elétrica fariam a independência do país no que diz respeito à utilização de energia. "Mesmo que fossem necessários alguns tipos de racionamento, dentro de 5 ou 6 anos atingiríamos a auto-suficiência na área de suprimento energético". Isto não significa o abandono do petróleo como fonte de energia, uma vez que o Brasil tem reservas de petróleo e alguma produção que poderia ser utilizada, ficando o restante do fornecimento de energia a cargo de fontes renováveis e nacionais.

Para a substituição de combustível a opção mais lógica é o álcool. Embora seu custo seja relativamente alto (cerca de 60 dólares o barril), ele utiliza ampla mão-de-obra, insumos que são nacionais e diminui a necessidade de importações. O que Goldemberg acha inadequado no programa do álcool é que ele se destina basicamente ao transporte individual, quando deveria estar orientado para substituir também o óleo diesel no transporte coletivo e de carga.

Sobra energia

Goldemberg acha que interessa ao Brasil o domínio da tecnologia nuclear, mas que "não haveria nenhum problema



em se adiar o programa até pelo menos o ano 2000". O projeto de Angra I, que já tem o reator, seria concluído. Os dois outros, Angra II e III, poderiam ser utilizados para "envolver a indústria nacional no aprendizado do país na era nuclear". No momento, a energia hidrelétrica pode suprir as necessidades nacionais. Em 1990 teremos usado somente 25% das nossas reservas e há electricidade pelo menos até o ano de 2010.

Se não falta energia elétrica, as empresas do setor atravessam grave crise financeira, atribuída por Goldemberg ao "endividamento irresponsável" das ges-

tões anteriores, e que acabou por reduzir a rentabilidade a níveis alarmantes. Goldemberg acredita que somente a rolagem de 100% da dívida aliada ao aumento das tarifas de consumo poderiam recuperar o sistema financeiramente.

O país tem alternativas para a energia do petróleo, cada vez menos acessível e caro. Resta apenas às autoridades do setor a decisão de implementar uma política voltada para as reais possibilidades de substituição. E preciso utilizar recursos brasileiros que, a curto prazo, fariam diminuir o custo da energia, hoje um dos maiores ônus no apertado orçamento da União. (Ilara Viotti).

A falta de petróleo não pára o Brasil

O Brasil não pára, como muitos pensam, se a importação de petróleo deixar de existir. Quem afirma é o subsecretário da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), Lourival Mônaco. A STI é o órgão do Governo que estuda novas fontes energéticas em substituição à gasolina e ao diesel. Estas alternativas em estudo, significam a troca dos combustíveis gasolina e óleo diesel, atualmente importados de países do Oriente Médio e pagos em dólar pelo Alcool, extraído da cana-de-açúcar; a mamona, a energia elétrica e o gás natural, entre outros produtos.

Segundo os pesquisadores, apesar destas alternativas serem viáveis, ainda não puderam ser colocadas em prática, porque economicamente seriam dispendiosas ao governo.

EMERGÊNCIA

Todo este estudo em torno de um substitutivo para o petróleo mobiliza vários órgãos governamentais, e a explicação para uma repentina crise no Brasil, faltando gasolina e diesel, é de que, com estas pesquisas, o país funciona normalmente com planos de emergência. Apenas um fator ainda preocupa as autoridades: por quanto tempo o Brasil suportaria economicamente estas alternativas numa emergência?

Apesar das alternativas apresentadas até agora ainda não puderem economicamente ser colocadas em prática, vários órgãos ministeriais se mantêm ativos no campo da pesquisa de alternativas energéticas.

O Ministério das Minas e Energia estuda a possibilidade de se encontrar uma alternativa de combustível para cada unidade da Federação, tornando viável a substituição da gasolina e do diesel. Como exemplo pode-se citar o caso da região Nordeste, com uma vasta plantação de cana-de-açúcar e uma boa produção de petróleo. Esta região poderia abastecer sua população em termos energéticos. No Sudeste, a energia elétrica seria utilizada com grande êxito nos transportes e indústrias de modo geral. No restante do país, cada unidade da Federação seria adaptada às realidades locais.

Este estudo realizado pelo MME, visa a evitar o desperdício de tempo e recursos financeiros utilizando fórmulas de trabalho e métodos pré-estabelecidos e já testados em outros países com bom resultado.

ALCOOL

O Ministério da Indústria e do Comércio pesquisa o problema das alternativas através de dois programas: o Conserv e o Proálcool. O primeiro, que está na fase de estudos, trata das alternativas do diesel nas indústrias brasileiras e o segundo, bastante conhecido e implementado trata da substituição da gasolina pelo álcool. Esta alternativa (álcool) foi responsável no mês de julho, pela redução de aproximadamente 30% na importação de petróleo.

No Ministério dos Transportes, esforços estão sendo feitos para a substituição dos combustíveis gasolina e álcool nos transportes coletivos e para a redução de gastos dos veículos particulares.

Além disto, é pouco provável uma situação de falta total do petróleo no país, pois outros países, exceto os fornecedores tradicionais, podem vender o combustível para o Brasil. De qualquer forma, segundo os pesquisadores, o Brasil tem condições de manter-se funcionando caso esta situação venha a ser real, pois leva a vantagem sobre outros países, já que é o único no mundo que possui potencial energético natural e pesquisas adiantadas para realizar esta troca.

Comissão de Minas e Energia vai estudar possibilidades do álcool

Os arquivos da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados não registram nenhum estudo recente sobre fontes alternativas de energia para o país e nem mesmo sobre a crise energética mundial e consequente escassez interna de petróleo. O último estudo neste sentido, registrado pela comissão, é de junho de 1979, quando, sob a presidência do deputado Jorge Vargas (PMDB-MG), foram analisadas todas as fontes utilizáveis como combustível em substituição ao petróleo.

Passados mais de quatro anos desde o último estudo, a comissão está organizando um simpósio, que será realizado nos dias 18, 19 e 20 deste, mas que tratará apenas do Programa Nacional do Alcool e deste produto como fonte de combustível.

SAÍDAS PARA A CRISE

O vice-presidente da comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), acredita que a crise atual de combustível é séria, mas que o país encontraria facilmente saídas em caso de uma moratória unilateral pois, neste caso, recorreríamos a nações exportadoras de petróleo que estivessem interessadas na negociação através de um regime de troca daquela fonte energética por mercadorias, ficando esta

negociação independente, portanto, da moeda forte.

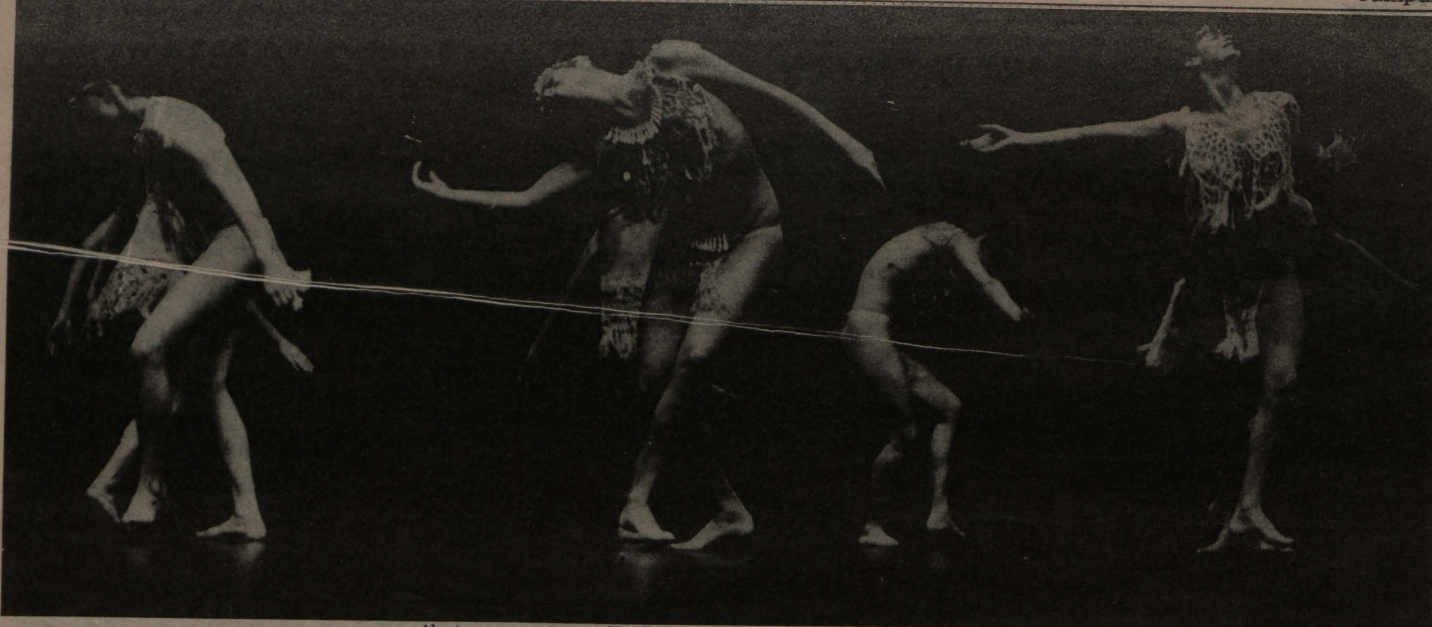
Segundo o deputado, a moratória, se fosse tomada unilateralmente, implicaria numa valorização do país e numa série de negociações que nos ajudariam a atravessar com firmeza esse período. E acrescentou que "a ideia de colapso é muito mais para impedir que o Brasil afirme uma posição em relação à utilização de combustível, do que, na realidade, para acautelar-se sobre um desastre nacional". O deputado peemedebista referia-se, certamente, ao discurso proferido pelo presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, na Comissão de Transportes da Câmara, quando afirmou que "seria muito difícil o país conseguir petróleo no exterior em caso de moratória", e que "a única moeda que os fornecedores de petróleo aceitam é o dólar".

O deputado Cid Carvalho acredita, porém, que diversos países estariam dispostos, no caso da moratória, a fornecer o combustível necessário ao país. Cid Carvalho exemplifica, como países do Oriente Médio dispostos a esta negociação, o Iraque, a Arábia Saudita, além de países da própria América Latina, como o México e a Venezuela.

O deputado Jorge Vargas, ex-presidente da comissão, acredita po-

rém, que a única saída para a crise energética do país está em fontes alternativas favoráveis territorialmente, como o álcool e a utilização mais ampla da energia hidrelétrica; com o aproveitamento de todos os recursos hídricos disponíveis no país. Segundo Jorge Vargas, a total implantação do Programa Nacional do Alcool geraria um aumento da faixa de emprego na zona rural, aliviando as pressões urbanas, contribuindo ainda para a redução da conta petróleo. O deputado vai ainda mais longe, acreditando que o Brasil tem grandes possibilidades de exportar o álcool e sua tecnologia para atender à demanda de países que não teriam condições de comprar petróleo.

Jorge Vargas, que foi coordenador do amplo simpósio realizado em 1979, não acredita, porém, na possibilidade da implantação integral do Programa Nacional do Alcool, pois, segundo ele, "o governo tecnocrático e militar que aí está não teria condições de reestabelecer a confiança da Nação para empreender um programa deste custo". Para ele, "somente a abertura econômica, decorrente da verdadeira abertura política, poderá reestabelecer a confiança da Nação no Governo para a execução de um programa energético sério, do qual todos participem". (Jurema Campos).



Abertura a novos temas e liberdade de movimentos em uma nova forma de dança.

Novos passos, novos recados

Um grupo de dança contemporânea geralmente nasce a partir de uma auto-reflexão, da busca de uma personalidade própria adequada ao habitat daquelas pessoas. Alguns grupos, como o Balet Stagium, reestruturaram seu trabalho sobre o balé clássico: movimentos são modificados, a temática é voltada para questões contemporâneas, mas a grande maioria dos bailarinos ingressos no Stagium não deixa de ter uma formação clássica.

O clássico é muito valorizado na dança tradicional. Quem não faz clássico por si só, o faz como embasamento para outros tipos de dança, como o jazz, o balé moderno, ou mesmo a dança contemporânea. O clássico, no caso, é usado enquanto formação para outros tipos de dança.

Ai entram outras correntes de dança contemporânea, que se mostram veementemente avessas ao clássico como o começo de qualquer tipo de dança.

ADANÇA DE CADAUM

Os grupos desvinculados do clássico dão origem a seu trabalho não pensando em fazer dança, mas em fazer uma movimentação estética e que transmita um recado.

O começo se dá com a descoberta do próprio corpo, de suas capacidades e limitações. A relação corpo e espaço é desenvolvida. E o corpo passa, finalmente, a ser usado como instrumento de uma mensagem a ser transmitida ao público.

Luis Mendonça, diretor do GEDUnB — Grupo Experimental de Dança da Universidade de Brasília — tenta desenvolver um trabalho que comece fora da dança em si. Nadar, tomar sol, correr, brincar com o corpo. Experimentar. E então, inventar os movimentos. "Não precisa saber balé para dançar", afirma Luis. "Os pré-requisitos são uma atitude dançante. Os dançarinos em potencial são, antes de tudo, pessoas harmoniosas, que possuem um bom controle sobre seu próprio corpo."

ODIA-A-DIA

A dança contemporânea,

principalmente a nível profissional, tem muito de liberação, de descoberta, de curtição. Mas, espinhos, também. Mauro César e Vânia Penteado são dois bailarinos, membros do Grupo 3, do Rio de Janeiro. Mauro acha que há muita mistificação, muita poesia, em torno da dança contemporânea. Vânia acrescenta que o trabalho deles é também uma briga com o próprio corpo, é fazer movimentos antinaturais e, às vezes, levar alguns tombos e machucar-se.

Não só de tombos, no entanto, vivem os bailarinos. A dança contemporânea não tem pomposas, nem no palco, nem nos bas-

tidores. Concentração, mensagens e palco já varrido são coisas que quase nunca acontecem antes de uma apresentação.

O dinheiro arrecadado nas apresentações é quase sempre revertido na manutenção do grupo, ao invés de ser aplicado em remuneração para os bailarinos. E o que acontece com o grupo brasileiro EnDança. Eles reservam o dinheiro para que possam viajar e fazer seu trabalho mais conhecido no Brasil.

O Stagium é um dos grupos mais profissionais e mais conhecidos do público. Márka

Gidali, bailarina e diretora do grupo, tem duas academias de dança contemporânea em São Paulo e assegura que a renda dessas academias vai para o Stagium. "Dá para se fazer balé no Brasil — afirma Márka — mas não para se ficar rico com ele".

OPÚBLICO

O público de dança no Brasil é de pessoas privilegiadas economicamente. O de dança contemporânea, especificamente, é formado pela classe média intelectualizada, um público praticamente universitário.

"Esse público, afirma Luis Mendonça, "é muito sensível, muito emotivo, mas suas respostas são poucas". Em sua última apresentação em Brasília, o EnDança dançou para o público do Projeto Platéia, cujas pessoas eram das cidades-satélites. Luis acha que este público vivencia mais o espetáculo, dando respostas imediatas ao que lhes é apresentado.

Márka Gidali afirma que desde quando o Stagium passou a assimilar a realidade sócio-cultural brasileira seu trabalho vem sendo muito mais compreendido, não só no Brasil, mas na América Latina. O Stagium possui outras pretensões além de agradar o público a nível estético. Márka tem muita preocupação com a repercussão política de seu trabalho e tenta provocar no público uma atitude ativa em relação aos problemas e denúncias de natureza política e social, transmitidas em sua dança.

Apesar das tentativas de aproximação com o público, poucas pessoas vêem o que está sendo feito em termos de dança contemporânea no país. As falhas estão nas questões de "infra", como diz Mauro César, ou na própria desenvoltura dos grupos, fora e dentro dos palcos. "A linguagem usada pode não estar sendo absorvida pelo público", afirma Mauro. "A dança ideal é a movimentação que agrade o público, qualquer que seja ela."

Rosane Reis.

Quem dança com os altos preços das academias

Academias convidativas. Amplas. Boa localização. Público seletivo. Estas são as principais características das escolas de dança tradicionais de Brasília, as quais, apesar da crise, sobrevivem muito bem. O segredo está no bolso de quem as frequenta pagando mensalidades que variam entre Cr\$ 8.500,00 e Cr\$ 10.500,00. Nestas escolas, só homem não paga. O preconceito, e a necessidade de bailarinos no corpo de ballet das academias são os responsáveis por este privilégio.

Mas os gastos não estão restritos às mensalidades. Os candidatos ainda compram o uniforme, que inclui malha, meia, sapatilha e fitinha de cabelo: um mínimo de Cr\$ 7.000,00. Quanto mais exigente o gosto do "bailarino" mais caros saem os apetrechos da dança.

OS PREÇOS DAS ACADEMIAS

Lúcia Toller, a mais antiga e tradicional escola de dança, está cobrando atualmente Cr\$ 10.500,00 de matrícula, e mensalidade de Cr\$ 10.500,00. Segue de perto a Academia de Ballet Gisele Santoro com matrícula de Cr\$ 9.800,00 e mensalidade no mesmo valor. Na Academia Norma Lília, a matrícula é de Cr\$ 9.500,00 e mensalidade também. Na Ofélia Corvelo, a matrícula é superior à mensalidade: Cr\$ 10.000,00 e Cr\$ 9.000,00 respectivamente, enquanto que a mais acessível a Advanced, cobra atualmente Cr\$ 8.500,00 tanto para matrícula quanto para mensalidade.

O preço do uniforme, constituído de malha, meia, sapatilha e fitinha, varia de acordo com a malharia. Quanto mais bem localizada, mais caro paga o consumidor. Mas não é apenas a sua localização que encarece esses produtos. A qualidade dos mesmos pesa muito na balança. Os preços mínimos que as malharias oferecem são os seguintes: malha — entre Cr\$ 2.400,00 e Cr\$ 3.500,00; sapatilhas — entre Cr\$ 1.800,00 e Cr\$ 2.500,00; meias — entre Cr\$ 800,00 e Cr\$ 2.500,00 e fitinha de cabelo entre Cr\$ 300,00 e Cr\$ 800,00.

O clássico no intuitivo

Será que todo dançarino precisa ter uma formação clássica? Essa é uma dúvida que surge sempre que analisamos as novas tendências da dança no Brasil e no mundo. Seria justo abrir mão de um conhecimento tão antigo e rico, todavia "formal" e "limitador", e partir para a total liberdade de movimentos capazes de serem executados pelo corpo?

O grupo brasileiro de dança ASAS E EIXOS é uma tentativa de encontrar um meio termo para essa situação de impasse. Ele surge da necessidade de inovar a técnica a técnica da dança clássica, procurando novas formas de retratar a nossa realidade atual. São pessoas que fazendo aulas de balé clássico juntas, chegaram à conclusão que estava no momento de surgir novas alternativas, numa cidade já estruturalmente pronta para isso.

PROCESSO INTUITIVO

A linguagem é uma criação do grupo, que sob a orientação da diretora artística e coreógrafa Yara de Cunto, trabalha em cima do comportamento da sociedade atual. Olha-se o que está em volta e transforma-se em dança. Todo o processo de criação se dá de maneira intuitiva: a escolha dos temas, das músicas e da própria coreografia.

Os bailarinos do grupo questionam o caráter de novidade de sua técnica. É um trabalho livre e seria difícil enquadrá-lo em estilos. Eles estão na linha da dança con-

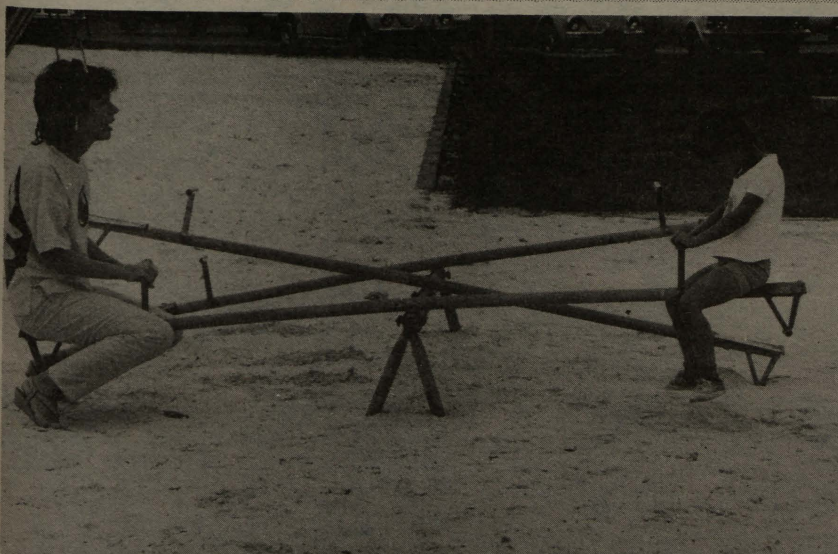
temporânea. São uma entre as tantas tendências.

Voltando à questão da formação técnica dos bailarinos, a Yara considera injusto colocar de lado um trabalho que levou milênios para se desenvolver e que é uma coisa tão boa. Ela não consegue e nem demonstra interesse em colocar de lado a sua formação clássica. Ao mesmo tempo, ela admira as outras várias tendências, como o trabalho de Luiz Mendonça junto aos grupos GEDUnB e ENDANÇAS, os quais elaboram uma forma bastante inovadora de expressão, a partir do aproveitamento de todos os movimentos que as pessoas possam fazer.

NECESSIDADE DE INOVAR

Yara acredita que a forma de expressão do grupo ASAS E EIXOS é mais forte do que a dos grupos tradicionais porque trabalha com espontaneidade com gestos intuitivos, e o público se toca muito mais. Para a coreógrafa, os grupos tradicionais não têm coragem de investir no novo e de se soltar um pouco dos padrões, preferindo a forma tradicional. "Esses grupos de dança clássica são reproduzidores de uma época que não existe mais. E válido esse tipo de trabalho, mas não fazer só isso. Nosso trabalho é feito dentro do comportamento da sociedade atual, como as pessoas se sentem agora, nesse momento social e político. Nesse século. Nesse ano de 1983." (Lilian Mandel).

A SAÚDE DA CRIANÇA



Fotos: Reinaldo Freitas

A criança deve ser sempre uma prioridade. Em qualquer tempo e lugar...

Centro orienta pais e filhos

O Centro de Orientação Médico-Psico-Pedagógica — COMPP — é uma proposta real de amor. É a criança, ao jovem e a família. De segunda a sexta técnicos especializados da Fundação Educacional, Fundação Hospitalar e Serviços Sociais se dedicam em regime de tempo integral, a uma avaliação global de crianças e adolescentes, a partir de três anos, nos seus aspectos bio-psico-sociais. O que é também importante: os pais são incluídos neste processo, sendo acompanhados de perto pela equipe. A mãe, que geralmente é quem leva o filho ao Centro, enquanto espera por ele, participa de uma "dinâmica de grupo", onde seus problemas são trabalhados e se ocupa com tarefas artesanais, que funcionam como terapia relaxante. Tudo isto é feito gratuitamente, incluindo um gostoso lanche e sem muitos recursos materiais, de acordo com o diretor do COMPP, psiquiatra Milton Rodrigues da Paixão e sua assessora Ana Maria Low.

ATENDIMENTO

O COMPP é um órgão da Secretaria de Saúde do DF e existe desde 1969, estando lo-

calizado no início da W-3 norte. É o único especializado na área de atendimento médico-psico-pedagógico com uma demanda de 800 famílias de dezembro a maio de 83. A procura maior fica por conta da cidade-satélite da Ceilândia, dentre outras localidades, inclusive o Plano Piloto.

O atendimento no COMPP é simples. O paciente deve ser encaminhado pela comunidade, por médicos, escolas ou entidades assistenciais (juizado, Pestalozzi, Funabem ou outras). Verifica-se então a possibilidade de atendimento pelo Centro, através de um questionário dirigido aos pais. Em caso negativo, a família é orientada no sentido de quem procurar. Se positivo, a inscrição é realizada com o preenchimento de uma ficha.

Em seguida a criança ou jovem é submetido ao psicodiagnóstico junto ao psicólogo, médico e assistente social. De acordo com o problema é feita também uma avaliação pedagógica, psiquiátrica (que também pode ser dos pais) e da linguagem. O laudo ou diagnóstico é a última etapa com encami-

nhamento específico aos setores do COMPP (pediatria, neurologia e psiquiatria, onde se aguarda uma vaga) ou a outras instituições que possuam as especialidades requeridas.

O COMPP atualmente está apto a receber crianças e adolescentes com deficiência auditiva e mental, dificuldade de aprendizagem, linguagem escrita e fala, distúrbio emocional e de comportamento, problemas neurológicos com as características acima e também o superdotado. Para recuperar esses pacientes, existem no Centro os especialistas em fonoaudiologia, proxi-terapia ou terapia ocupacional, psico-motricidade, psico-terapia e reforço pedagógico para casos específicos de paralisia cerebral e carência cultural.

Apesar da boa vontade geral, as dificuldades e limitações também existem no COMPP. Segundo a sua diretoria, as maiores dificuldades são quanto à área física com instalações limitadas e espaço reduzido e a insuficiência de material e pessoal para atender à demanda, além dos baixos salários. (Luiz Roberto Nader).

É preciso mais do que alimento e vacinas

"O Ministério da Saúde identifica a criança como o grupo populacional mais vulnerável frente às deficiências que possam existir no âmbito da sociedade. Na criança se refletem toda a pobreza, todo o subdesenvolvimento do meio em que ela vive." Assim explica o Diretor da Divisão Nacional de Saúde Materno Infantil do Ministério da Saúde, Enrique Rivero Ortiz, porque a assistência à criança detém o primeiro lugar na escala de prioridades (e verbas) da política de saúde desenvolvida pelo Ministério.

Logo após seu nascimento, a criança é matriculada no Posto de Atendimento Médico mais próximo de sua casa, onde recebe acompanhamento clínico, vacinação e, se necessário, complementação alimentar. Atualmente dois grandes programas, paralelos ao atendimento normal das unidades de saúde, têm monopolizado atenções e verbas: vacinação e suplementação alimentar.

Mas há outro aspecto importante: o acompanhamento psico-social da criança.

Enrique Ortiz responde que "o Ministério da Saúde entende a criança como um ser integral, total, que não deve ser dividido, pois suas exigências não se restringem apenas às necessidades alimentares, mas também psico-sociais". Há um programa em estudo e discussão. O Ministério da Saúde já determinou o ponto básico que deve orientar a elaboração desse programa: encontrar uma sistemática simplificada para acompanhar o desenvolvimento psíquico da criança, de modo que

um ou dois auxiliares de cada unidade de saúde sejam capazes de executá-la.

DIFICULDADES

Vários aspectos foram levados em conta para a opção por um atendimento simplificado. Os serviços de saúde no Brasil têm sido desenvolvidos de maneira sensivelmente desigual de Estado para Estado. O pessoal que opera nesses serviços, em geral, possuem um nível de escolaridade muito baixo, sem preparo algum. São aproximadamente 4 mil municípios com 12 mil unidades de saúde ambulatoriais, onde dois atendentes por unidade sendo responsabilizados por esse acompanhamento, significará um treinamento de 24 mil pessoas.

"Estamos na fase de estabelecimento desse programa. Já houve várias reuniões muita discussão, mas ainda não foi possível um consenso. Os psicólogos são radicais no sentido de que esse processo deve ser executado por psicólogos", afirma Enrique Ortiz. "O que nós discordamos completamente. Para os 12 milhões de crianças que as unidades devem atender, nem que abrissemos faculdades de Psicologia nos principais municípios brasileiros, teríamos profissionais em número suficiente e nem mesmo o Ministério da Saúde dispõe de verbas para contratar tantos". Ele afirma que há um lugar muito importante para o psicólogo dentro do Ministério. E ele quem pode estabelecer parâmetros e condutas, num trabalho a nível de elaboração de políticas de saúde. (Lavina Ribeiro).

Criança hospitalizada: um problema à parte

A criança hospitalizada está sujeita a um sério empobrecimento do seu repertório verbal e comportamental. Com o objetivo de apresentar dados sobre o problema e contribuir para a atuação do psicólogo junto ao serviço de pediatria hospitalar, uma equipe de psicólogos e pediatras vem realizando pesquisas sobre os efeitos da hospitalização e das práticas de atendimento em enfermarias.

Os primeiros resultados das pesquisas indicam que a privação do contato social e da estimulação ambiental afeta mais as crianças pequenas, as crianças com desnutrição severa e crianças presas ao leito. A privação do contato materno leva a perturbações emocionais que podem prolongar o período de internamento, enquanto provoca atraso no desenvolvimento integral da criança.

Uma das estratégias em estudo é a prática da hospitalização conjunta: a criança é admitida no hospital em companhia da mãe ou algum outro familiar.

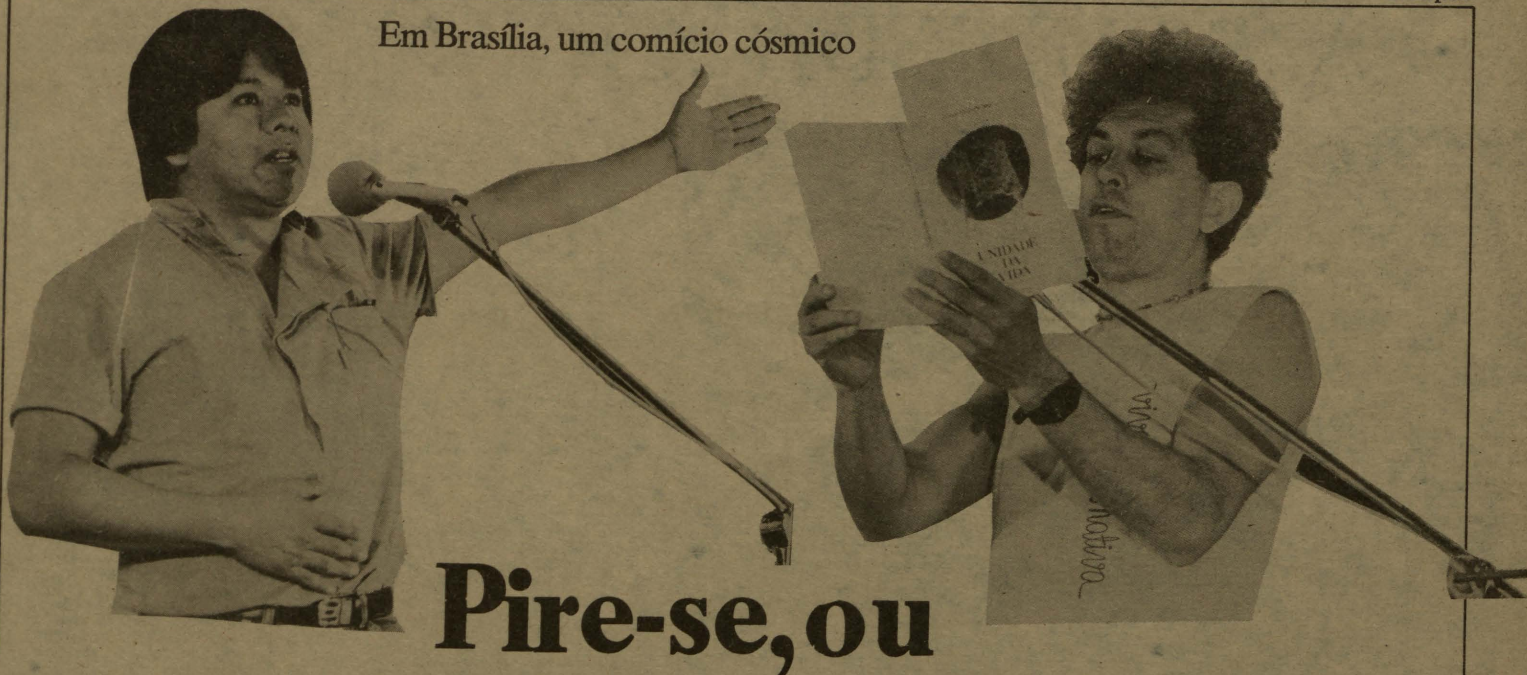
Este sistema foi implantado em 1969 no hospital-escola de Sobradinho pelo Dr. Antônio M. Lisboa, e ainda é praticado. Posteriormente foi implantado no Hospital Regional de Taguatinga, e é mantido pelo mesmo Dr. Lisboa,

atualmente chefe do serviço de Pediatria. O Dr. Lisboa é um dos maiores defensores desta prática. A hospitalização conjunta previne uma série de sequelas emocionais e psicológicas nas crianças enfermas. Até mesmo o período de internação é reduzido — o bem-estar emocional da criança e a segurança proporcionada pela presença da mãe abrevia o tratamento.

Pode ocorrer a ideia de que a internação conjunta fique mais dispendiosa do que a forma tradicional de se internar a criança e permitir as visitas em dia e hora marcadas. No entanto, a prática verificada nos hospitais de Sobradinho e Taguatinga demonstra o contrário: os cuidados que a criança exige diariamente são oferecidos pela própria mãe, evitando que se ocupe um número muito grande de enfermeiras. Os efeitos desta prática são sempre positivos, tanto sobre a criança, como sobre o corpo médico, a equipe paramédica, o tempo de internação. No final acaba sendo menos dispendiosa a internação conjunta.

Por fim, esta prática tende a aproximar emocionalmente a criança e seus familiares. E ao mesmo tempo sugere programas de orientação aos familiares permitindo sua participação no processo de atendimento integral ao pequeno enfermo. (Sheila Perru).

Em Brasília, um comício cósmico



Pire-se, ou quando a razão enlouquece

Brujos e poetas, músicos e raj-neshs jornalistas e reichianos, sensitivos e esotéricos, filósofos e ecologistas, cineastas e horticultores urbanos, escritores e homeopatas, astrólogos e cientistas, ufólogos e terapeutas, o que têm em comum?

Alternativas. A palavra soa bem para nós simples mortais que convivemos cotidianamente com a crise que se instala fora e dentro de nós. Em

momentos difíceis como esses, quem não quer uma alternativa? Alternativa à monotonia, ao tédio, à caretece, a perspectiva que talvez nos falte para enxergar a impossível luz no impossível final de uma negra e longa noite em que vivemos.

Queremos alternativas. Queremos e procuramos. Onde estará nossa alternativa? No movimento ecológico? Na meditação? Na Yoga? Em Reich? Em Krisna? Lifewave? Psicotranse?

Magias? Macrobiótica? Ufologia? Candomblé? Tarot? Buzios? Tantra? Taoísmo?

O fato é que estamos fartos da razão, nós herdeiros do sonho da técnica, da máquina, do racionalismo. Queremos a loucura, a piração. Nossos sonhos longamente adormecidos cobram o que a razão nos prometeu e não cumpriu. Nossos sonhos cobram a nossa utopia.

Texto de Armando Bulcão

Fotos de Luiza Venturelli/Agil

